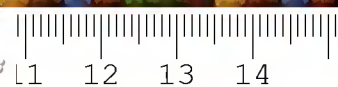


REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



Digitalizado
gentilmente por:



REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
CDU-02:061.25(05)(081)

Publicação trimestral

Em convênio com o Instituto Nacional do Livro/MEC

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
Rua Avanhandava, 40, conj, 110 – tel.: 257-9979
São Paulo – Brasil

Editora – Laura Garcia Moreno Russo
Secretário responsável – Jornalista Etuji Nakashima
Colaboradores



Digitalizado
gentilmente por:



SUMÁRIO

Editorial	107 - 108
Legislação	109 - 127
Conselho Federal de Biblioteconomia	128
Instituto Nacional do Livro	129 - 132
Biblioteca Nacional	133 - 134
Em tempo de balanço	135 - 138
Associação dos Arquivistas Brasileiros	139 - 140
Biblioteca da Universidade Federal de Juiz de Fora	141 - 147
Catologação-na-fonte	148 - 155
Sistema de duplicação de fichas	156 - 162
O anel de grau	163 - 165
Mercado do livro	166 - 167
UNESCO/CER-LAL	168 - 173
UNISIST	174 - 176
Centro Nacional Pompidou	177 - 182
Noticiário nacional	183 - 190
Noticiário internacional	191 - 203

ISSN 0100-0691



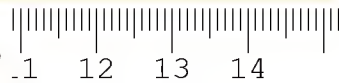
REVISTA BRASILEIRA de BIBLIOTECONOMIA e DOCUMENTAÇÃO. (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) São Paulo, 1977.

1977, 9 (4/6)

CDU: 02:061.25(05)(081)



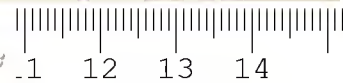
Digitalizado
gentilmente por:

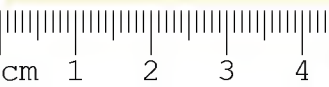


EDITORIAL

Está sendo composto este número da RBBB, que encerra o primeiro semestre, sem que saibamos, ainda, como imprimir e distribuir todos os fascículos deste exercício de 1977.

Fomos notificados pelo INL que a verba destinada à Revista é de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), entretanto, essa importância só será liberada no fim do corrente ano. Tendo em vista que qualquer publicação periódica deve obedecer a sua frequência, para bem servir aos usuários, estranhamos a referida comunicação.





Digitalizado
gentilmente por:



LEGISLAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA 256, DE 29 DE ABRIL DE 1977

Prêmio MEC de Biblioteconomia e Documentação

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º — Instituir o Prêmio MEC de Biblioteconomia e Documentação a ser conferido anualmente pelo Instituto Nacional do Livro — INL.

Art. 2.º — O Prêmio será conferido à melhor obra inédita, em vernáculo, sob forma monográfica ou ensaística, que tenha por objeto qualquer tema das disciplinas da Biblioteconomia e da Documentação, relacionadas com o Brasil.

Art. 3.º — Além do Prêmio em dinheiro, cujo valor será fixado anualmente pelo Ministro da Educação e Cultura, o INL se obriga a editar ou co-editar a obra premiada observadas as disposições legais em vigor.

Art. 4.º — Os Membros da Comissão Julgadora do Prêmio a que se refere esta Portaria serão designados pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 5.º — O Diretor do INL baixará as instruções necessárias ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 6.º — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ney Braga

D.O. União, 9-5-77, p. 5470, Seção I, Parte I.



PROJETO DE LEI 450, DE 1975
(Do Sr. Faria Lima)

Obriga a inclusão da "ficha catalográfica" nos livros publicados no País, e dá outras providências.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Ficam obrigados os editores e autores do País a adotar o sistema de catalogação na fonte em todo livro publicado.

Parágrafo único — Para efeito da presente Lei, entende-se por catalogação na fonte o sistema que permite a catalogação do livro antes de sua publicação, de maneira que a ficha catalográfica possa ser impressa no verso da página de rosto.

Art. 2.º — Compete ao Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e da Biblioteca Nacional; ao Conselho Nacional de Pesquisas, através do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, a fiscalização do cumprimento desta Lei.

Art. 3.º — Pela não observância do disposto no art. 1.º, incorrerá a editora ou o autor da obra em multa correspondente a cinco maiores salários mínimos do País.

§ 1.º — Em caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro.

§ 2.º — Persistindo a infração, será suspenso o direito de funcionamento da editora até o efetivo cumprimento dos dispositivos desta Lei.

§ 3.º — Em caso da obra ser publicada sob a responsabilidade de seus respectivos autores, persistindo a infração, as edições serão apreendidas pelo MEC.

Art. 4.º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Art. 5.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Justificação

Catálogo na fonte consiste na impressão da ficha catalográfica no próprio livro.

A catalogação na fonte objetiva primordialmente:

- a) normalizar as entradas dos catálogos bibliográficos;
- b) facilitar o intercâmbio das informações bibliográficas, quer no âmbito nacional como no internacional;
- c) facilitar a alimentação das informações em sistemas mecânicos ou eletrônicos de processamento de dados.

Duas categorias diversas de profissionais são beneficiadas com a catalogação na fonte: bibliotecários e editores. Aos primeiros evita a duplicação irracional de esforços humanos, visando uma segunda finalidade: a catalogação de determinado livro. Aos editores contribui para a uniformização dos catálogos e do registro de nomes de autores e títulos em listas bibliográficas.

Não se justifica a repetição de esforços de vários grupos visando a um mesmo fim.

Embora a idéia original de se publicar dados bibliográficos nos próprios livros data da segunda metade do século XIX, quando Max Müller, da Bodleian Library, na Inglaterra, e Justin Winsor, bibliotecário da Harvard College, nos Estados Unidos, a conceberam quase que simultaneamente, pode-se dizer que a primeira experiência efetiva de catalogação na fonte foi desenvolvida pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América do Norte.

As primeiras tentativas realizadas na Biblioteca do Congresso norte-americano remontam ao ano de 1958; a idéia tomou vulto em 1970, provocando uma séria de entendimentos entre bibliotecários e editores, resultando no estabelecimento de um projeto-piloto de "Catalogação na Publicação" (CIP) a ser executado pela referida Biblioteca a partir de junho de 1971. Este projeto-piloto prevê inicialmente a catalogação de livros das editoras comerciais, e espera, no futuro, atingir todas as formas de informação registrada, abrangendo publicações oficiais e estendendo-se a documentos não impressos. Na elaboração do projeto-piloto, levou-se em consideração a automação das bibliotecas. Esperam os bibliotecários norte-americanos que essa experiência permita a avaliação real do projeto, a fim de que, corrigidos os erros, possa o mesmo ser adotado em caráter definitivo, em nível nacional e internacional.



Julgamos importante, nesta justificativa, enfatizar a amplitude do programa CIP, ora em implementação nos Estados Unidos, e realçar seu objetivo universal. Este programa oferecerá novas e inaleluáveis perspectivas ao aceleramento e troca de informações.

O mundo vive o fenômeno da explosão da informação. É imperativo que o mesmo seja controlado. Lembramos que enquanto são necessários 35 anos para a população da terra dobrar, em apenas 14 meses o volume de informação existente no mundo duplica. Esta crescente massa de informações afeta diretamente o comportamento humano, pois não existe qualquer limite físico para sua geração, processamento e acumulação. Radicais transformações serão causadas em nossa cultura por esse explodir fantástico de informações.

A situação no Brasil

No Brasil, algumas tentativas têm sido feitas no sentido de que seja adotada, em plano nacional, a catalogação na fonte. O III Congresso de Editores e Livreiros do Brasil, em 1952, recomendou que fossem dadas informações bibliográficas nas obras publicadas pelas editoras, as quais seriam fornecidas pela Biblioteca Nacional e pelo Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Embora não tenha sido concretizada, a idéia não morreu por completo, pois esporadicamente encontramos fichas catalográficas impressas em publicações de bibliotecas e outras entidades culturais, bem como de editoras comerciais, como por exemplo a Companhia Editora Nacional, de São Paulo, que as vem publicando em livros de algumas de suas séries desde 1962.

A Editora Universidade de São Paulo exige os dados catalográficos nos livros que publica em coedição com as editoras comerciais. Em maio de 1972 o Conselho Estadual de Cultura de São Paulo adotou a mesma medida.

O Instituto Nacional do Livro, através do "Programa do Livro Texto para o Ensino Superior" (PLITES), cujo principal objetivo é o de coeditar textos básicos de autores nacionais e/ou estrangeiros, nas diversas áreas do ensino superior, faz incluir a ficha catalográfica em todas as obras editadas por esse Programa. Também, as obras emanadas do Instituto Nacional do Livro incluem a ficha catalográfica.



No III Encontro de Editores e Livreiros, realizado em Serra Negra, em agosto de 1970, a Câmara Brasileira do Livro teve a oportunidade de apresentar um trabalho sobre catalogação na fonte, propondo a publicação de informações catalográficas nas obras impressas pelas editoras comerciais do Brasil. Propôs, ainda, a criação de centros regionais ou estaduais para a realização do serviço, assim também como a participação do Governo no empreendimento. As recomendações tiveram aprovação plena da assembléia e foram ratificadas no IV Encontro, realizado em São Lourenço, MG, em junho de 1971. Atendendo a essas recomendações foram criados dois Centros de catalogação na fonte, um em São Paulo, pela Câmara Brasileira do Livro, e outro no Rio de Janeiro, pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros, os quais iniciaram suas atividades, respectivamente, em 1.º de julho de 1971 e novembro do mesmo ano. Esses Centros destinam-se a catalogar as publicações das editoras comerciais e estabelecem entre si intercâmbio para fins de normalização.

Para que a catalogação na fonte tenha êxito e possa ser amplamente utilizada, é necessário que seja centralizada, mormente para fins de normalização das entradas de autor, assim como a dos assuntos (deseritores) visando também à automação.

Conclusão

Para a realização do projeto de catalogação na fonte, em âmbito nacional, será indispensável um trabalho coordenado de bibliotecários e editores; não seria justo nem exequível sua realização somente com a participação de editores e de órgãos que as representem.

Impõe-se uma lei que regulamente o processo de catalogação na fonte, a fim de que o livro, esse disseminador de cultura, seja despojado dos entraves que impedem sua rápida tramitação e divulgação tanto em âmbito nacional como internacional.

Sala das Sessões, em de de 19 . — Faria Lima.
Diário do Congresso Nacional, 20-5-75, p. 2934, Seção I.



PROJETO DE LEI 450-A, DE 1975
(Do Sr. Faria Lima)

Obriga a inclusão da "ficha catalográfica" nos livros publicados no País e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e técnica legislativa; da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação; e, da Comissão de Finanças, pela aprovação, com emendas.

(Projeto de Lei 450, de 1975, a que se referem os pareceres).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Ficam obrigados os editores e autores do País a adotar o sistema de catalogação na fonte em todo livro publicado.

Parágrafo único — Para efeito da presente Lei, entende-se por catalogação na fonte o sistema que permite a catalogação do livro antes de sua publicação, de maneira que a ficha catalográfica possa ser impressa no verso da página de rosto.

Art. 2.º — Compete ao Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e da Biblioteca Nacional; ao Conselho Nacional de Pesquisas, através do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, a fiscalização do cumprimento desta Lei.

Art. 3.º — Pela não observância do disposto no art. 1.º, incorrerá a editora ou o autor da obra em multa correspondente a cinco maiores salários mínimos do País.

§ 1.º — Em caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro.

§ 2.º — Persistindo a infração, será suspenso o direito de funcionamento da editora até o efetivo cumprimento dos dispositivos desta Lei.

§ 3.º — Em caso da obra ser publicada sob a responsabilidade de seus respectivos autores, persistindo a infração, as edições serão apreendidas pelo MEC.

Art. 4.º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Art. 5.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Justificação

Catálogo na fonte consiste na impressão da ficha catalográfica no próprio livro.

A catalogação na fonte objetiva primordialmente:

- a) normalizar as entradas dos catálogos bibliográficos;
- b) facilitar o intercâmbio das informações bibliográficas, quer no âmbito nacional como no internacional;
- c) facilitar a alimentação das informações em sistemas mecânicos ou eletrônicos de processamento de dados.

Duas categorias diversas de profissionais são beneficiadas com a catalogação na fonte: bibliotecários e editores. Aos primeiros evita a duplicação irracional de esforços humanos, visando uma segunda finalidade: a catalogação de determinado livro. Aos editores contribui para a uniformização dos catálogos e do registro de nomes de autores e títulos em listas bibliográficas.

Não se justifica a repetição de esforços de vários grupos visando a um mesmo fim.

Embora a idéia original de se publicar dados bibliográficos nos próprios livros data da segunda metade do século XIX, quando Max Müller, da Bodleian Library, na Inglaterra, e Justin Winsor, bibliotecário da Harvard College, nos Estados Unidos, a conceberam quase que simultaneamente, pode-se dizer que a primeira experiência efetiva de catalogação na fonte foi desenvolvida pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América do Norte.

As primeiras tentativas realizadas na Biblioteca do Congresso norte-americano remontam ao ano de 1958; a idéia tomou vulto em 1970, provocando uma série de entendimentos entre bibliotecários e editores, resultando no estabelecimento de um projeto-piloto de "Catalogação na Publicação" (CIP) a ser executado pela referida Biblioteca a partir de junho de 1971. Este projeto-piloto prevê inicialmente a catalogação de livros das editoras comerciais, e espera, no futuro, atingir todas as formas de informação registrada, abrangendo publicações oficiais e estendendo-se a documentos não impressos. Na elaboração do projeto-piloto, levou-se em consideração a automação das bibliotecas. Esperam os bibliotecários norte-americanos que essa experiência permita a avaliação real do projeto, a fim de que, corrigidos os erros, possa o mesmo ser adotado em caráter definitivo, em nível nacional e internacional.



Julgamos importante, nesta justificativa, enfatizar a amplitude do programa CIP, ora em implementação nos Estados Unidos, e realçar seu objetivo universal. Este programa oferecerá novas e incalculáveis perspectivas ao aceleração e troca de informações.

O mundo vive o fenômeno da explosão da informação. É imperativo que o mesmo seja controlado. Lembramos que enquanto são necessários 35 anos para a população da terra dobrar, em apenas 14 meses o volume de informação existente no mundo duplica. Esta crescente massa de informações afeta diretamente o comportamento humano, pois não existe qualquer limite físico para sua geração, processamento e acumulação. Radicais transformações serão causadas em nossa cultura por esse explodir fantástico de informações.

A situação no Brasil

No Brasil, algumas tentativas têm sido feitas no sentido de que seja adotada, em plano nacional, a catalogação na fonte. O III Congresso de Editores e Livradores do Brasil, em 1952, recomendou que fossem dadas informações bibliográficas nas obras publicadas pelas editoras, as quais seriam fornecidas pela Biblioteca Nacional e pelo Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Embora não tenha sido concretizada, a idéia não morreu por completo, pois esporadicamente encontramos fichas catalográficas impressas em publicações de bibliotecas e outras entidades culturais, bem como de editoras comerciais, como por exemplo a Companhia Editora Nacional, de São Paulo, que as vem publicando em livros de algumas de suas séries desde 1962.

A Editora Universidade de São Paulo exige os dados catalográficos nos livros que publica em co-edição com as editoras comerciais. Em maio de 1972 o Conselho Estadual de Cultura de São Paulo adotou a mesma medida.

O Instituto Nacional do Livro, através do "Programa do Livro Texto para o Ensino Superior" (PLITES), cujo principal objetivo é o de coeditar textos básicos de autores nacionais e/ou estrangeiros, nas diversas áreas do ensino superior, faz incluir a ficha catalográfica em todas as obras editadas por esse Programa. Também, as obras emanadas do Instituto Nacional do Livro incluem a ficha catalográfica.

No III Encontro de Editores e Livradores, realizado em Serra Negra, em agosto de 1970, a Câmara Brasileira do Livro teve a oportunidade de apresentar um trabalho sobre catalogação na fonte, propondo a publicação de informações catalográficas nas obras impressas pelas editoras comerciais do Brasil. Propôs, ainda, a criação de centros regionais ou estaduais para a realização do serviço, assim também como a participação do Governo no empreendimento. As recomendações tiveram aprovação



plena da assembléia e foram ratificadas no IV Encontro, realizado em São Lourenço, MG, em junho de 1971. Atendendo a essas recomendações foram criados dois Centros de catalogação na fonte, um em São Paulo, pela Câmara Brasileira do Livro, e outro no Rio de Janeiro, pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros, os quais iniciaram suas atividades, respectivamente, em 1.º de julho de 1971 e novembro do mesmo ano. Esses Centros destinam-se a catalogar as publicações das editoras comerciais e estabelecem entre si intercâmbio para fins de normalização.

Para que a catalogação na fonte tenha êxito e possa ser amplamente utilizada, é necessário que seja centralizada, mormente para fins de normalização das entradas de autor, assim como a dos assuntos (descritores) visando também à automação.

Conclusão

Para a realização do projeto de catalogação na fonte, em âmbito nacional, será indispensável um trabalho coordenado de bibliotecários e editores; não seria justo nem exequível sua realização somente com a participação de editores e de órgãos que as representem.

Impõe-se uma lei que regulamente o processo de catalogação na fonte, a fim de que o livro, esse disseminador de cultura, seja despojado dos entraves que impedem sua rápida tramitação e divulgação tanto em âmbito nacional como internacional.

Sala das Sessões, em de de 19 . — Faria Lima.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I — Relatório

Incumbindo às doudas Comissões de Educação e Cultura e de Finanças o parecer sobre o mérito, vem-nos às mãos, para exame preliminar, o Projeto de Lei em epígrafe, proposto, como seu próprio texto explicita, no sentido de permitir um melhor controle dos livros a serem publicados no País, ordenando-os de forma a possibilitar uma estatística segura e exata no setor bibliográfico.



II – Voto do Relator

Não há vício que fulmine a propositura sob o aspecto formal. O projeto é constitucional, legal, elaborado em excelente técnica legislativa.

Ressalvado o exame de mérito pelas doudas Comissões já citadas, somos pela sua aprovação. Smj, é o parecer.

Sala das Sessões da Comissão, em 25 de junho de 1975. Luiz Henrique, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de sua Turma “A”, realizada em 25-6-75, opinou, unanimemente, pela constitucionalidade e técnica legislativa do Projeto 450/75, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Luiz Braz – Presidente, Luiz Henrique – Relator, Altair Chagas, Antonio Mariz, Blota Júnior, Celso Barros, Ernesto Valente, Gomes da Silva, Jairo Magalhães, Jarbas Vasconcelos, João Gilberto, Joaquim Bevilacqua, José Sally, Lauro Leitão, Lidovino Fanton, Noide Cerqueira, Tarcisio Delgado, Theobaldo Barbosa e Walter Guimarães.

Sala da Comissão, 25 de junho de 1975. – Luiz Braz, Presidente – Luiz Henrique, Relator.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

Submeteu o Deputado Faria Lima o projeto acima caracterizado à apreciação do Congresso Nacional, com o objetivo de obrigar os editores e autores brasileiros a adotar o sistema de catalogação na fonte de todas as obras que editarem.

Catalogação na fonte – é o próprio projeto que a define, no parágrafo único do art. 1.º – é “o sistema que permite a catalogação do livro antes de sua publicação, de maneira que a ficha catalográfica possa ser impressa no verso da página de rosto”.

A não observância da imposição feita no art. 1.º é punida com multa, fechamento da editora temporariamente e, até, apreensão da obra.



Na justificação, o autor mostra que a idéia não é nova. Já no século passado era ela defendida, tendo sido posteriormente implantada pela Biblioteca do Congresso americano.

Em seguida, salienta o autor as vantagens da medida, com a simplificação do trabalho e a possibilidade de melhor difusão de informações, no campo da cultura.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura e de Finanças.

No primeiro desses órgãos técnicos da Casa, recebeu parecer do nobre relator, Deputado Luiz Henrique, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, unanimemente subscrito pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Em seguida, veio a esta Comissão, onde fui designado relator.

II — Voto do Relator

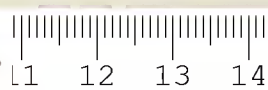
Em sua justificação, salienta o ilustre autor da proposição:

“O mundo vive o fenômeno da explosão da informação. É imperativo que o mesmo seja controlado. Lembramos que enquanto são necessários trinta e cinco anos para a população da terra dobrar, em apenas quatorze meses o volume de informação existente no mundo duplica. Esta crescente massa de informações afeta diretamente o comportamento humano, pois não existe qualquer limite físico para sua geração, processamento e acumulação. Radicais transformações serão causadas em nossa cultura por esse explodir fantástico de informações”.

A leitura dessas palavras da justificação poderia sugerir o controle da informação, ou uma informação dirigida, como a dos países totalitários. Isto iria ferir um dos postulados fundamentais da nossa civilização, qual seja o direito à informação livre, aliás postulado constitucional (art. 153, § 8.º).

Entretanto, lendo-se atentamente o projeto, vê-se que não é esse seu objetivo, mesmo porque a catalogação é entregue aos editores e autores e não a um órgão estatal.

Fica assim, ressalvado o direito à informação livre.



Assim entendido o projeto, concluímos que ele é realmente meritório. Contribuirá positivamente para a difusão sistemática e racional de informações relativas às obras editadas no País, o que representa evidentemente um serviço a mais à causa da cultura nacional.

Por isso, o voto do relator é pela aprovação do Projeto de Lei 450, de 1975, de autoria do Deputado Faria Lima.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 1976. — Antonio Morais, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em sua reunião ordinária realizada em 30 de junho de 1976, opinou, por unanimidade, pela aprovação do Projeto 450/75, do Sr. Faria Lima, que “obriga a inclusão da “ficha catalográfica” nos livros publicados no País, e dá outras providências”, nos termos do parecer do Relator, Sr. Antonio Morais.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Álvaro Valle — Presidente, Braga Ramos — Vice-Presidente, Gastão Müller, Geraldo Freire, Leur Lomanto, Lygia Lessa Bastos, Magno Bacelar, Manoel de Almeida, Rômulo Galvão, Alcir Pimenta, Antonio Morais, Celso Barros, Figueiredo Correia, JG de Araújo Jorge, Juthay Magalhães, Nossier Almeida e Antunes de Oliveira.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 1976. — Álvaro Valle, Presidente — Antonio Morais, Relator.

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

I — Relatório

Chega a esta Comissão de Finanças a propositura do nobre parlamentar Faria Lima versando sobre matéria de mais alta relevância, o livro e sua disseminação.

Tendo logrado aprovação nas Comissões de Constituição e Justiça e da de Educação, cabe-nos, agora, relatar o projeto sob o ângulo desta Comissão, segundo o que estabelece o § 7.º, art. 28, do Regimento Interno.

Na longa e bem fundamentada justificação do projeto, o autor situa o problema da catalogação na fonte ressaltando as vantagens de seu uso. São palavras textuais:



“Duas categorias diversas de profissionais são beneficiadas com a catalogação na fonte: bibliotecários e editores. Aos primeiros evita a duplicação irracional de esforços humanos visando a uma mesma finalidade: a catalogação de determinado livro. Aos editores contribui para a uniformização dos catálogos e do registro de nomes de autores e títulos em listas bibliográficas. Não se justifica, pois, a repetição de esforços de vários grupos visando a um mesmo fim”.

Catalogação na fonte significa a ficha catalográfica impressa na própria publicação. Essa ficha impressa é como se fora o cartão de apresentação do livro, informando de maneira resumida, mas precisa, suas características extrínsecas e intrínsecas.

O processo proporciona vantagens de ordem técnica e financeira. O livro é catalogado uma única vez, numa central de catalogação, por um grupo de especialistas, e distribuído às bibliotecas para pronta utilização.

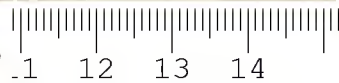
O trabalho em equipe é obviamente mais econômico, e, no caso específico, contribui para aspecto particularmente importante em trabalhos dessa natureza: o da uniformização das entradas de autor, assuntos (descritores) etc. Num país como o nosso, em que a mão-de-obra qualificada é escassa, a catalogação na fonte apresenta vantagens de proporções ainda maiores do que em países avançados, onde o processo é amplamente empregado.

A cooperação entre editores e bibliotecários, nesse trabalho, proporciona o registro maciço da produção livreira nas centrais de catalogação, em fitas magnéticas, impressas, ou outras, simplificando o preparo das fitas bibliográficas a-screm divulgadas no Brasil e no exterior, facilitando, assim, a encomenda e a venda das publicações.

Antes de passarmos ao voto, somos impelidos a apresentar emendas a fim de ajustar o projeto à realidade presente e adequá-lo ao fim a que se propõe.

A primeira emenda deve ocorrer no art. 1.º de onde deve ser retirada a palavra “autores”. O autor somente é obrigado a proceder à catalogação na fonte quando age também como editor. Essa particularidade é prevista no § 3.º, art. 3.º do projeto.

No art. 2.º, deve ser alterado o nome de Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação para Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), denominação que passou a ter a partir de março de 1976. Também, no mesmo artigo, Conselho Nacional de Pesquisas para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Finalmente, no art. 3.º, a expressão “multa correspondente a cinco maiores salários mínimos do País”, deve ser substituída por “cinco vezes o maior valor de referência do País”, estabelecido de acordo com a Lei 6205, de 29-4-75, que descharacterizou o salário mínimo como fator de correção monetária.

II – Voto do Relator

O projeto, de valioso conteúdo técnico, é dos que podem concorrer para a mais eficiente disseminação do livro, melhor veículo da cultura.

Com as emendas propostas, votamos, pois, pela sua aprovação, honrando-lhe o mérito.

Sala da Comissão, em — Roberto Carvalho, Relator.

Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças, em sua reunião ordinária, realizada na presente data, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei 450/75, do Sr. Faria Lima, com apresentação de 3 (três) emendas, nos termos do parecer do Relator, Deputado Roberto Carvalho.

À Comissão compareceram os Senhores Deputados: Marcos Tito — Presidente, Athié Coury e Carlos Alberto Oliveira — Vice-Presidentes, João Menezes, Epitácio Cafeteira, João Castelo, José Ribamar Machado, Temístocles Teixeira, Dyrno Pires, Arnaldo Lafayette, José Alves, Antônio José, Fernando Magalhães, Moacyr Dalla, Emanuel Waisman, Milton Steinbruch, Pedro Faria, Francisco Bilac Pinto, Homero Santos, Jorge Vargas, Dias Menezes, Roberto Carvalho, Ruy Codo, Nunes Rocha, Adriano Valente, Gomes do Amaral, Arlindo Kunzler, Odacir Klein e Hélio Campos.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 1976. — Marcos Tito, Presidente, Roberto Carvalho, Relator.

EMENDAS ADOTADAS PELA COMISSÃO

N.º 1

Suprima-se a expressão “e autores” do art. 1.º.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 1976. — Marcos Tito, Presidente — Roberto Carvalho, Relator.



Dê-se ao art. 2.o do Projeto de Lei 450/75 a seguinte redação:

“Art. 2.o – Compete ao Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e da Biblioteca Nacional; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, através do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, a fiscalização do cumprimento desta Lei”.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 1976. – Marcos Tito, Presidente
– Roberto Carvalho, Relator.

Dê-se ao art. 3.o do Projeto de Lei 450/75, a seguinte redação:

“Art. 3.o – Pela não observância do disposto no art. 1.o, incorrerá a editora em multa correspondente a cinco vezes o maior valor de referência do País”.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 1976. – Marcos Tito, Presidente
– Roberto Carvalho, Relator.

Diário do Congresso Nacional, 1-12-76, p. 11.903-11.905, Seção I.

DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE LEI 450-A/75

*Discussão única do Projeto de Lei 450-A, de 1975, que obriga a inclusão da “ficha catalográfica” nos livros publicados no País, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e técnica legislativa; da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação; e, da Comissão de Finanças, pela aprovação, com emendas. (Do Sr. Faria Lima).
– Relatores: Srs. Antônio Morais e Roberto Carvalho.*

O Sr. Presidente (Marco Maciel) – Tem a palavra o Sr. Florim Coutinho, para discutir o projeto.



O Sr. Florim Coutinho (MDB – RJ. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei 450-A, do nobre Deputado Faria Lima, obriga a inclusão da “ficha catalográfica” nos livros publicados no País. A Comissão de Constituição e Justiça opinou pela sua constitucionalidade e técnica legislativa. Ora, Sr. Presidente, o autor do projeto, na sua justificativa, declara, com alma, com honcstidade:

“O mundo vive o fenômeno da explosão da informação. É imperativo que o mesmo seja controlado. Lembramos que enquanto são necessários 35 anos para a população da terra dobrar, em apenas quatorze meses o volume de informação existente no mundo duplica. Esta crescente massa de informações afeta diretamente o comportamento humano, pois não existe qualquer limite físico para sua geração, processamento e acumulação. Radicais transformações serão causadas em nossa cultura por esse explodir fantástico de informações.”

Mais adiante, diz o autor:

“Impõe-se uma lei que regulamente o processo de catalogação na fonte, a fim de que o livro, este disseminador de cultura, seja despojado dos entraves que impedem sua rápida tramitação e divulgação, tanto em âmbito nacional como internacional.”

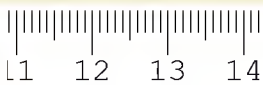
A Comissão de Constituição e Justiça opinou unanimemente pela constitucionalidade e técnica legislativa do projeto em causa. Da mesma forma, a Comissão de Educação e Cultura também opinou, à unanimidade, pela aprovação do projeto, o mesmo ocorrendo com a Comissão de Finanças, da qual tenho a honra de fazer parte. Portanto, a proposição passou em três Comissões Técnicas desta Casa, nas quais foi estudada, revista e aprovada por unanimidade. É válida, assim, qualquer providência legislativa que venha a concorrer para a mais rápida e a mais intensa divulgação do livro, com vistas à formação de nossa cultura.

Vota-se, pois, Sr. Presidente, pela aprovação do Projeto 450-A, de 1975.

O Sr. Presidente (Marco Maciel) – Tem a palavra o Sr. Alcir Pimenta, para discutir o projeto. (Pausa)

Não está presente.

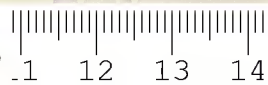
O Sr. Presidente (Marco Maciel) – Tem a palavra o Sr. Dayl de Almeida, para discutir o projeto.



O Sr. Dayl de Almeida (ARENA — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto ora em discussão, de n.o 450-A, de 1975, tem por autor o ilustre Deputado Faria Lima e por objetivo a inclusão de “ficha catalográfica” nos livros publicados no País. Esta tentativa de obrigatoriedade de inclusão da ficha catalográfica na fonte dos livros editados neste País teria um tríplice efeito benéfico ou um efeito triplamente benéfico. Primeiro, normalizaria, regularizaria e uniformizaria as entradas dos catálogos bibliográficos.

Secundariamente, facilitaria o intercâmbio de informações bibliográficas, cuja relevante importância todos os que estão afeitos aos estudos, a perflustrar os livros, reconhecem e, finalmente, como terceiro e último benefício, facilitaria a alimentação de informações aos sistemas mecânicos ou eletrônicos de processamento de dados, que ocorrem hoje, de maneira crescente e sistemática, em nosso País. Somos, portanto, favoráveis a que se adote por lei o que o projeto propõe, porque, se o aprovarmos, o pressuposto projetivo transformar-se-á em norma legal.

E, no instante em que citamos livros, no momento em que voltamos os nossos olhos para edições de obras, neste País, tentando regulamentar um aspecto meramente frontispicial de catalogação, vem a oportunidade, que não posso deixar fluir, de comentar, entristecido, recente decisão tomada pelo Conselho Nacional de Direitos Autorais. Toda a Casa sabe, todo o País está ciente de que há obras que, após o transcurso de determinado número de anos, em todas as nações civilizadas do mundo, caem no domínio público. Essa queda de tais obras, após o transcurso de tal tempo, no domínio público, tem por objetivo facilitar às editoras, sem maiores dispêndios com o pagamento dos direitos autorais, sempre que seu conselho editorial julgar conveniente, sem que permaneçam escondidas, manter em circulação as obras clássicas da humanidade. Só assim, podemos recitar, por exemplo, os livros da Bíblia e o Novo Testamento; só assim conseguiremos manter atualizadas as obras de Platão e Aristóteles, dos clássicos gregos, dos autores romanos, dos grandes poetas e dos grandes escritores de nossa Pátria, como de todos os grandes pensadores do mundo. Entretanto, lamentavelmente, passou-se a cobrar direitos autorais não para os autores, mas para o Conselho dos Direitos Autorais. Sobre as obras já em domínio público agora se cobra também, dificultando, prejudicando, perturbando o complexo editorial brasileiro. Ao lançarmos, por exemplo, a reedição de uma obra de Euclides da Cunha, ou de Couto de Magalhães — o esquecido “Selvagem”, obra clássica da nossa História Antropológica — ao reeditarmos, por exemplo, a obra



clássica de Nina Rodrigues, “Aculturação Negra no Brasil”, ao reeditarmos “A Filosofia da Arte”, de Vicente Licínio Cardoso e seus deliciosos “Maracás”, obra encantadora, de alcandorada elevação de pensamento, teremos que pagar. As editoras terão que pagar ao Conselho Editorial uma percentagem para manutenção de sua própria burocracia.

Estou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, elaborando projeto para manter íntegro o direito de reedição, sem ônus, dos livros que caírem sob o domínio público. (Palmas)

O Sr. Presidente (Marco Maciel) — Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

O Sr. Presidente (Marco Maciel) — Tendo sido oferecida uma emenda ao Projeto 450-A, de 1975, em discussão única, volta o mesmo às Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; e de Finanças.

EMENDA AO PROJETO DE LEI 450-A/75

O parágrafo único do art. 1.º e o art. 2.º do projeto ficam alterados da seguinte forma:

“Art. 1.º

Parágrafo único — Para efeito da presente lei, entende-se por catalogação na fonte o sistema que permite a catalogação do livro antes de sua publicação, de maneira que a ficha catalográfica possa ser impressa de preferência no verso da página de rosto.

Art. 2.º — Compete ao Ministério da Educação e Cultura, através da Biblioteca Nacional, a fiscalização do cumprimento desta lei.”

Sala das Sessões, 31 de março de 1977. — Flávio Marcílio.

Diário do Congresso Nacional, 1-4-77, p. 1671, Seção I.

NOTA: A primeira parte deste Projeto foi publicada na RBBB, 1 (1/3): 20-23, jan./mar. 1973.



DECRETO 79.329, DE 2 DE MARÇO DE 1977

Transfere à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, o curso permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, ítems III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1.o – Fica transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, como unidade congregada à mesma, para os efeitos do artigo 7.o do Estatuto aprovado pelo Decreto-lei 1028, de 21 de outubro de 1969, o curso permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia.

Art. 2.o – O Arquivo Nacional, mediante a celebração de convênio com a FEFIERJ, assegurará a permanência do Curso de Arquivologia nas dependências ocupadas atualmente pelo curso de Arquivo, durante o prazo necessário à FEFIERJ para dispor de local adequado à sua instalação.

Parágrafo único – O convênio a que se refere este artigo estabelecerá a permanência da vinculação do Curso de Arquivologia ao Arquivo Nacional, no que se refere à ministração das matérias técnicas e ciências auxiliares da História, especialmente quanto à realização de estágios.

Art. 3.o – O Ministério da Educação e Cultura adotará providências no sentido de transferir à FEFIERJ, a partir do exercício financeiro de 1978, os recursos necessários à manutenção do Curso de Arquivologia.

Art. 4.o – Os Ministros da Justiça e da Educação e Cultura baixarão, em conjunto, os atos competentes necessários à execução deste Decreto.

Art. 5.o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de março de 1977; 156.o da Independência e 89.o da República.
Ernesto Geisel
Armando Falcão
Ney Braga
D.O. União, de 3-3-77, p. 2435, Seção I, Parte I.



CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

SITUAÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS REGISTRADOS, EM ABRIL DE 1977

CRB	ESTADOS	PROFISSIONAIS	TOTAL CRB
1	Distrito Federal	404	
	Goiás	12	
	Mato Grosso	4	
	Território de Rondônia	---	
	Acre	---	420
2	Pará	157	
	Amazonas	95	
	Amapá	---	
	Território Roraima	---	252
3	Piauí	10	
	Maranhão	70	
	Ceará	119	199
4	Rio Grande do Norte	9	
	Paraíba	49	
	Fernando de Noronha	---	
	Pernambuco	330	
	Alagoas	3	391
5	Sergipe	10	
	Bahia	309	319
6	Minas Gerais	493	493
7	Espírito Santo	12	
	Rio de Janeiro	2.163	2.175
8	São Paulo	1.792	1.792
9	Paraná	191	
	Santa Catarina	10	201
10	Rio Grande do Sul	415	415
TOTAL NO BRASIL			6.657

Data da tabulação: 20 de maio de 1977.



INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

Extrato de Contrato

Espécie — Contrato firmado no dia 30 de março de 1977, entre o MEC/Instituto Nacional do Livro e a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal.

Resumo do objeto do Contrato — Realização do I Encontro de Representantes Estaduais do INL, no período de 14 a 15 de abril do corrente ano, nesta Capital.

Licitação — isenta.

Crédito pelo qual correrá a despesa — Atividade 0848247-2.120, elemento de despesa 3.2.7.9, da Lei 6395-76.

Número do empenho — 0067, de 29/3/77.

Valor do contrato — Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

Prazo de vigência — 30 de março a 30 de maio do corrente ano.

D.O. União, 11-4-77, p. 4070, Seção I, Parte I.

Extrato de Convênio

Espécie — Firmado em 16/3/77, 2.o Termo Aditivo ao Convênio datado de 18/6/76 complementado pelo Termo Aditivo de 17 de novembro de 1976, entre o MEC/Instituto Nacional do Livro e o Conselho Regional de Biblioteconomia — 6.a Região.

Resumo do objeto do Convênio — Realização de encontros de responsáveis por bibliotecas públicas.

Licitação — Dispensada.

Crédito pelo qual correrá a despesa — Atividade 0848247-2.120, elemento de despesa 3.2.7.9, da Lei 6279, de 1975.

Número de empenho — 195, de 27/5/76.

Valor do convênio — Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).

Prazo de vigência — 18 de julho de 1976, havendo sido prorrogado seu término até 31 de março de 1977 e, através do presente Termo Aditivo, até 30 de junho do corrente ano.

D.O. União, 12-4-77, p. 4154, Seção I, Parte I.



Extrato de Convênio

Espécie – Firmado em 1.º de janeiro de 1977 o Termo Aditivo ao Convênio com data de 14/8/76, celebrado entre o MEC/Instituto Nacional do Livro e a Universidade Federal da Bahia.

Resumo do objeto do Convênio – Manutenção de alunos estagiários em Biblioteconomia.

Licitação – Dispensada.

Crédito pelo qual correrá a despesa – Atividade 0848247-2.120, elemento de despesa 3.2.7.9, da Lei 6279/75.

Número de empenho – 0182, de 27/5/76.

Valor do Convênio – Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Prazo de vigência – 14 de agosto de 1976, havendo sido prorrogado seu término até 31 de julho de 1977, através do presente Termo Aditivo.

Extrato de Convênio

Espécie – Firmado em 30 de dezembro de 1976 o Termo Aditivo ao Convênio com data de 23 de setembro de 1976, celebrado entre o MEC/Instituto Nacional do Livro e a Associação Universitária Santa Úrsula.

Resumo do objeto do Convênio – Manutenção de alunos estagiários em Biblioteconomia.

Licitação – Dispensada.

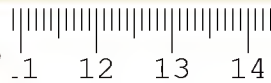
Crédito pelo qual correrá a despesa – Atividades 0848247-2.120, elemento de despesa 3.2.7.9, Lei 6279/75.

Número do empenho – 0186, de 27/5/76.

Valor do Convênio – Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Prazo de vigência – 23 de setembro de 1976, havendo sido prorrogado até 31 de maio do corrente ano, através do presente Termo Aditivo.

D.O. União, 11-5-77, p. 5690-5691, Seção I, Parte I.



Extrato de Convênio

Espécie – Convênio firmado no dia 25/4/77, entre o Instituto Nacional do Livro e a Associação Riograndense de Bibliotecários.

Resumo de objeto do convênio – Realização do IX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, no período de 24 a 29 de julho de 1977, em Porto Alegre.

Licitação – Isenta.

Crédito pelo qual correrá a despesa – Programa-Subprograma 0848247 Projeto Atividade 2.120, elemento de despesa 3.2.7.9, Lei 6395/76.

Número do empenho – 0070, de 4/4/77.

Valor do convênio – Cr\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil cruzeiros).

Prazo de vigência – De 25 de abril até 30 de setembro de 1977.

D.O. União, 13-5-77, p. 5804, Seção I, Parte I.

Extrato de Convênio

Espécie – Convênio firmado no dia 13/5/1977, entre o Instituto Nacional do Livro e a Universidade Federal de Minas Gerais.

Resumo do objeto do Convênio – Manutenção de alunos estagiários em Biblioteconomia.

Licitação – Isenta.

Crédito pelo qual correrá a despesa – Programa-Subprograma 0848247 - Projeto/Atividade 2.120, elemento 3.2.7.9, Lei 6279/77.

Número do empenho – 0095, de 20/4/1977.

Valor do Convênio – Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Prazo de vigência – De 13/5/1977 até 31/12/1977.

Herberto Sales, Diretor do INL



Extrato de Convênio

Espécie — Convênio firmado no dia 6/5/1977, entre o Instituto Nacional do Livro e a Universidade do Amazonas.

Resumo do objeto do Convênio — Manutenção de alunos estagiários em Biblioteconomia.

Licitação — Isenta.

Crédito pelo qual correrá a despesa — Programa-Subprograma 0848247 - Projeto/Atividade 2.120, elemento de despesa 3.2.7.9, Lei 6395/77.

Número do empenho — 075, de 4/4/1977.

Valor do Convênio — Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros).

Prazo de vigência — De 6/5/1977 até 31/12/1977.

Herberto Sales, Diretor do INL
D.O. União, 8-6-77, p. 7194, Seção I, Parte I.

Extrato de Convênio

Espécie — Em 8-6-77, firmado o Convênio entre o Instituto Nacional do Livro — MEC e a Fundação Universidade de Brasília.

Resumo do objeto do Convênio — Manutenção de alunos estagiários em Biblioteconomia.

Licitação — Isenta.

Crédito pelo qual correrá a despesa — Programa — Subprograma — Programa-Atividade 0848247-2120, Lei número 6279/76 elemento de despesa 3.2.7.9.

Número do empenho — 0073 de 6 de abril de 1977.

Valor do Convênio — Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Prazo de vigência — De 8-6-77 até 31 de dezembro de 1977.

D.O. União, 23-6-77, p. 7924, Seção I, Parte I.



INQUÉRITO SOBRE ROUBO NA BIBLIOTECA NACIONAL ESTÁ HÁ UM ANO NA POLÍCIA FEDERAL

O inquérito instaurado em março de 1976 pela Superintendência de Polícia Federal para apurar o roubo, na Seção de Livros Raros da Biblioteca Nacional, de 25 dos 29 volumes de uma coleção do Correio Braziliense — primeiro jornal brasileiro publicado em Londres, por Hipólito José da Costa, de 1808 a 1822 — ainda não apresentou resultados.

O diretor do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério de Educação e Cultura, professor Manuel Diégues Junior, nomeou um assessor jurídico para acompanhar o processo. A diretora da Biblioteca Nacional, Janice Montemor, enviou ofício à Polícia Federal, insistindo na tomada de providências que levem à solução final do inquérito.

DETALHES — A diretora da Biblioteca Nacional explicou que os volumes desaparecidos em outubro de 1975 faziam parte de uma coleção defeituosa, cheia de falhas. Uma segunda coleção, perfeita e com seus 29 volumes completos, continua à disposição do público para consultas e pode também ser comprada em forma de microfilme. Quanto aos comentários de que outras obras desapareceram da Biblioteca ao longo dos seus 170 anos, disse que é praticamente impossível constatar, pois a Biblioteca Nacional nunca foi inventariada.

O primeiro inventário teve início a 5 de abril de 1976, na Seção de Livros Raros, na qual ocorreu o único roubo constatado até agora. Com prazo para terminar em 90 dias, os trabalhos foram adiados duas vezes por mais três meses e agora se encontra em aberto, sem data para terminar, porque outro problema surgiu: a reforma do telhado da Biblioteca, começada em janeiro último, para acabar de uma vez por todas com antigas infiltrações de água, até então tratadas paliativamente.

Devido às obras e ao inventário, que exige que se espalhem todos os livros raros sobre as mesas, a Seção continua fechada ao público. A diretora afirmou que qualquer pessoa que precise fazer uma consulta pode tocar a campainha da porta. A chefe da Seção, Ligia Cunha, pega a identidade, faz a pessoa preencher uma ficha de consulta e desce com a obra solicitada para a Seção de Iconografia, onde o visitante fica o tempo necessário.



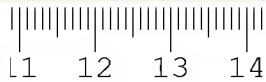
Segundo Janice Montemor, foi concluído o inventário da parte de monografias raras (livros e folhetos) restando completar a de periódicos, para que se possa reabrir a Seção ao público. Está em execução, embora não de maneira tão urgente, o inventário da Seção de Iconografia e, o maior de todos, o mais difícil e complicado, que é o do armazém de periódicos não raros. Esse trabalho vai começar brevemente, com ajuda do Centro de Informática do Ministério da Educação e Cultura – CIMEC.

A diretora acrescentou que, ao ser constatado, após inquérito administrativo, o “roubo no caso do Correio Braziliense, passamos o assunto para a Polícia Federal, em março do ano passado. Mas até o momento, não temos informações sobre o inquérito”. Segundo ela, não se pode sequer atribuir o roubo à carência de funcionários da Biblioteca, “pois não sabemos se ele ocorreu durante ou após o expediente. E temos também pessoas de outras empresas aqui: as da limpeza, que entram às 4 horas e as da segurança 24 horas por dia”. Reafirmou que há escassez de funcionários; “deveríamos ter 360 efetivos, mas só temos, nominalmente, 271. Considerando-se que a maioria é idosa, estamos constantemente perdendo gente por aposentadoria ou morte e muitos outros funcionários em licença longa por doença. Assim, temos u’a média de apenas 101 pessoas em frequência integral. Só este ano perdemos dois por morte, uma por exoneração e oito por aposentadoria. No entanto, portaria do DASP proibe que as vagas sejam preenchidas”.

De valor inestimável por sua raridade, só se conhecem mais cinco coleções do Correio Braziliense: três em mãos de historiadores e duas no acervo do Arquivo Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A coleção completa foi toda microfilmada e pode ser comprada por qualquer pessoa. São 24 rolos, contando 11.206 fotogramas, ao preço de Cr\$ 7.000,00 para o Brasil e 700 dólares (Cr\$ 9.800,00) para o Exterior. Foi também editado, com a colaboração do historiador José Honório Rodrigues, o Índice do Correio Braziliense, que custa Cr\$ 25,00 na Livraria da Biblioteca, mas é gratuito para quem comprar o jornal em microfimes.

Jornal do Brasil, 12-6-77.



EM TEMPO DE BALANÇO

Bibliotecário Antonio Caetano Dias
Professor Decano do Centro
de Ciências Humanas da FEFIERJ

Ao longo de doze anos, compreendendo mandatos de quatro diretorias, tivemos oportunidade de presidir os destinos da antiga Associação Brasileira de Bibliotecários que, em cumprimento a uma recomendação do Congresso da Bahia, com a conseqüente criação da FEBAB, foi transformada em Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Guanabara, agora Estado do Rio de Janeiro.

Procurando resumir as nossas atividades durante esse tempo, vamos desde logo ressaltar o entrosamento com a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, fundada por sua inspiradora Laura Garcia Moreno Russo, responsável direta pela maior conquista dos bibliotecários brasileiros, que foi a sua legislação profissional, com a implantação do Conselho Federal de Biblioteconomia e dos Conselhos Regionais, divididos por área geográfica, em número de dez.

A transformação da antiga ABB em APBERJ, devidamente registrada no Ministério do Trabalho, trouxe desde logo para a nossa associação um importante passo para, em futuro próximo, transformar-se em Sindicato.

Quem acompanha a evolução da ciência da informação no Brasil, especialmente da Biblioteconomia, entende sem maiores esforços, que a ampliação gradual do mercado de trabalho na área empresarial, libertando-nos das limitadas possibilidades que os empregos públicos proporcionavam, mercado tradicional até bem pouco tempo, veio trazer um novo "status" e anular os nivelamentos salariais, estimulando uma qualificação profissional cada vez mais exigente. Nessas condições pode-se prever uma tendência bem marcante do quadro profissional, numa direção cada vez mais diversificada e promissora. Os especialistas da informação, hoje, bem diferentes dos bibliotecários tradicionais, estão na raiz de todas as atividades de desenvolvimento, sejam elas culturais, científicas ou tecnológicas. A bem da verdade, deve-se louvar sempre a visão esclarecida de Laura Russo quando determinou, nos textos legais que concederam o reconhecimento profissional dos bibliotecários brasileiros,



a exigência das transformações das entidades de classe em Associações Profissionais, que se constituem no primeiro passo para alcançar a sindicalização. Apenas como opinião pessoal, embora entendendo as boas intenções dos partidários de uma Associação Brasileira de Bibliotecários, com secções regionais, sediada em Brasília, somos contrários a essa solução, não somente por coerência, visto que fomos justamente os responsáveis por uma ABB, desse tipo, entendendo ser impossível comandar toda uma política nacional dos bibliotecários, quando a sede do Governo ainda era o Rio de Janeiro, como também por convicção de que a descentralização será cada vez a mais saudável, senão a mais honesta e correta posição. A imitação dos modelos estrangeiros, para o nosso caso, seria desastroso. Primeiro pela ausência de suporte de infra-estrutura, segundo pela total diferença de condições geo-econômicas e profissionalizantes. As atividades associativas são, entre nós, honoríficas, trazendo apenas obrigações e compromissos. Em outros países, são verdadeiras empresas e as atividades de suas diretorias são remuneradas.

Podemos dividir as nossas realizações durante o período que estivemos à frente da Associação em duas fases: de 1965 até 1973, quando os Cursos de Biblioteconomia funcionavam nos porões da Biblioteca Nacional, e a segunda quando os referidos cursos se transformaram em Escola de Biblioteconomia e Documentação da FEFIERJ, mudando-se para a Rua Washington Luís n.º 13, próximo à Praça Cruz Vermelha, em local distante do conjunto de bibliotecas que caracterizavam a localização anterior, no prédio da Biblioteca Nacional, em plena Cinelândia. Assim, os contactos com os colegas foram praticamente eliminados, as dificuldades de convocar reuniões, agravadas com os horários novos determinados pelo Plano de Classificação e o distanciamento da sede do Conselho Regional de Biblioteconomia, 7.a Região, que apesar de ter deixado também a Biblioteca Nacional, ficou localizado em sede alugada na Rua Álvaro Alvim, 48, na mesma área geográfica da Biblioteca Nacional e bem próxima de uma concentração de bibliotecas oficiais e centros de documentação.

Sempre proclamamos que as poucas atividades que pudemos desenvolver, além da elaboração desinteressada de alguns colegas, foram creditadas à conta do prestígio do cargo que ocupávamos, sem esquecer o apoio emprestado pelos diretores da Biblioteca Nacional, desde o escritor Josué Montello que foi o primeiro Presidente e fundador desta Associação, até o acadêmico Adonias Filho, que sempre nos honraram com a colaboração mais efetiva. Registramos, ainda, com saudade o apoio e colaboração do escritor Augusto Meyer, presidente da segunda diretoria da ABB, e mais recentemente de Umberto Peregrino quando esteve na direção do Instituto Nacional do Livro.



No plano editorial, demos seguimento à publicação do Boletim da ABB, iniciado na gestão de Edson Néri da Fonseca, e apoiamos a tentativa de um jornalzinho despretenso que nasceu da inspiração de Reinaldo Corrêa Bispo, denominado ABB e Você . . . Criamos duas coleções bibliográficas em série, uma didática com títulos esgotados, como os “Elementos de Catalogação”, “Técnica do Serviço de Referência” e “Bibliografia Especializada”, o primeiro de nossa autoria, o segundo do Prof. Xavier Placer e o terceiro da professora Zilda Galhardo de Araujo. A segunda, de publicações avulsas, com quatro títulos, também esgotados, como “Formação Profissional: análise da conjuntura” (apresentado ao 5.º Congresso de S. Paulo), “Indexação Coordenada” de Jucy Morelli, “Descritores em Documentação” de Irene Menezes Doria e Jerusa Gonçalves, e “Sistemas de Classificação Bibliográfica” de Rodolfo Garcia. Infelizmente, não nos foi possível dar continuidade a essas iniciativas tão bem recebidas pelos colegas de todos os cantos do país, que prestigiaram nossas publicações adquirindo-as e tornando-as obras esgotadas. A falta de uma organização adequada foi a razão mais importante, tendo em vista as dificuldades crescentes ditadas pelas obrigações profissionais dos colegas participantes das nossas diretorias.

Na esfera social, foram muitas as atividades a registrar: os almoços de confraternização no Restaurante do Clube da Aeronáutica, quando tivemos oportunidade de prestar justas homenagens às colegas Emilia Bustamante, Célia Zaher, Maria Alice Barroso, Janice de Melo Montemor, Zila Mamede e Hagar Espanha Gomes.

A participação efetiva da nossa entidade no Congresso da FID/CLA, com atividades sociais que estão registradas em ABB e Você . . . E o comparecimento pessoal ou de representantes credenciados nos diversos encontros e Congressos profissionais, nacionais e internacionais.

Devemos ainda registrar como destaque a atualização dos Grupos de Bibliotecários nas diversas áreas de conhecimento, destacando-se o grupo pioneiro fundado por Emilia Bustamante, do campo bio-médico, agora sob a presidência de Elisabeth Schneider de Sá e que sempre contou com o nosso apoio, traduzido em ajuda financeira à publicação do Catálogo Coletivo de Periódicos de Medicina. Outros nomes que merecem justas referências são os de Ângela Lira Porto, do Grupo de Bibliotecários de Ciências Agrícolas, e Francisca Ribeiro Salgueiro F. de Souza, do Grupo de Bibliotecários das Ciências Jurídicas, agora entregue ao entusiasmo de Nylma Thereza de Salles Velloso Amarante, ressaltando finalmente a criação do Grupo de Tecnologia pelo professor Affonso Celso Mendonça de Paula, atualmente sob a Presidência de Elizabeth Maria Ramos de Carvalho.



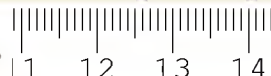
Como se sabe, esses grupos são vinculados regionalmente às Associações Profissionais e às Comissões Nacionais da FEBAB em âmbito nacional, obedecendo a uma correta definição de uma estrutura de interrelacionamento na política de sistemas.

Resta ainda lembrar o sucesso da reunião patrocinada pela nossa entidade e executada pela Comissão IBICT/CDU, por ocasião do lançamento da edição média em língua portuguesa da CDU, cujos méritos devem ser creditados ao referido Grupo e que contou com o decidido apoio do então Presidente do IBICT, professor José Vencovski, coadjuvado pela figura marcante de um expoente na cultura humanística da biblioteconomia brasileira, que é o Padre Astério Campos, Presidente da Comissão Nacional.

Queremos ainda agradecer a todos aqueles que colaboraram, direta ou indiretamente com as nossas sucessivas gestões, fazendo votos no sentido de que o desdobramento da política associativa tenha a mesma sorte do CRB 7, cuja continuidade foi alcançada através do esforço e dedicação das diretorias que nos sucederam.

Agradecimentos especiais merecem ainda registro aos colegas que exerceram cargos nas nossas diretorias, especialmente a George Cunha de Almeida, Orlando de Almeida e Nolka Nascimento de Freitas, sempre idealistas e competentes no cumprimento de suas variadas missões. E finalmente um agradecimento todo especial à colega que arcou com a maior soma de incumbências, e que sempre foi uma excelente colaboradora, além de incentivadora obstinada, a professora Déa Coutinho Amadeo.

Rio de Janeiro, 27-6-1977
Boletim da APBERJ, n.o 11.



2.o CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIAS

PRÊMIO “MARQUÊS DE OLINDA”

A Associação dos Arquivistas Brasileiros está promovendo a realização do 2.o Concurso Nacional de Monografias sobre temas arquivísticos, nos termos do Regulamento abaixo.

Ao melhor trabalho será conferido o Prêmio “Marquês de Olinda”, patrocinado pelo Arquivo Nacional e que será entregue, em solenidade pública, no Dia do Arquivista, 20 de outubro de 1977.

REGULAMENTO

Art. 1.o – Fica instituído o 2.o Concurso Nacional de Monografias, sobre tema livre, desde que relacionado a Arquivos.

Art. 2.o – Será conferido ao melhor trabalho inédito o Prêmio “Marquês de Olinda”, no valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), patrocinado pelo Arquivo Nacional, e ao segundo será concedida Menção Honrosa.

Art. 3.o – Os trabalhos terão no máximo quarenta páginas, formato A-4, datilografadas em espaço dois e devem observar as recomendações da ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. Serão apresentados em cinco cópias acompanhadas de um envelope fechado e lacrado, contendo, em seu interior, a identificação e curriculum vitae do autor. Na parte externa do envelope se inscreverá somente o pseudônimo. Não serão aceitos trabalhos que não estejam de acordo com tais condições.

Art. 4.o – Os trabalhos podem ser remetidos ou entregues pessoalmente até o dia 12 de setembro de 1977, na sede da Associação dos Arquivistas Brasileiros, à Praça Tiradentes, 83, sala 201, ZC - 58, Centro, 20.000 – Rio de Janeiro.



Art. 5.o — O júri será constituído por cinco membros designados pela Associação dos Arquivistas Brasileiros. O voto de cada jurado deve ser justificado.

Art. 6.o — Os jurados receberão os trabalhos, para exame, no dia 15 de setembro de 1977 e, em reunião conjunta, no dia 6 de outubro de 1977, indicarão os vencedores.

O prêmio e a menção honrosa não serão conferidos se não forem apresentados trabalhos que os mereçam.

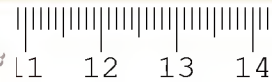
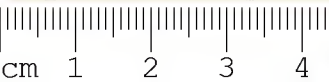
Art. 7.o — A Associação dos Arquivistas Brasileiros se reserva o direito de publicação dos trabalhos apresentados no seu órgão oficial.

Art. 8.o — Os membros da Diretoria da Associação dos Arquivistas Brasileiros não poderão participar do concurso.

Art. 9.o — Os casos omissos serão resolvidos pela Associação dos Arquivistas Brasileiros em conjunto com a Direção do Arquivo Nacional.

Art. 10 — O prêmio será entregue em sessão solene, no dia 20 de outubro de 1977, Dia do Arquivista.

Júri — O corpo de jurados será presidido pelo Diretor do Arquivo Nacional e será integrado pelos professores Helena Corrêa Machado, José Pedro Pinto Esposel, Nilza Teixeira Soares, Eloisa Helena Riani Marques e, como suplente, Eliana Balbina Flora Sales.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA BIBLIOTECA CENTRAL

Em área construída de 6.678,62 metros quadrados foi inaugurada, em 23 de dezembro de 1975, a moderna Biblioteca Central da Universidade Federal de Juiz de Fora. O edifício se destina a abrigar 800 mil volumes. O plano foi elaborado pelo Reitor João Martins Ribeiro para oferecer leitura aos seus 10.000 estudantes. Dados sobre a Biblioteca, conseguidos através de questionário e correspondência:

1. A Biblioteca está vinculada ao Centro de Documentação e Difusão Cultural.
2. Situa-se no Campus Universitário. Caixa Postal 656 – Juiz de Fora, Minas Gerais.
3. Bibliotecária: Maria Madalena Ribeiro de Oliveira, CRB-6/167.
4. Quadro do Pessoal: 3 bibliotecários, 28 auxiliares.
5. Horário: 8 às 18 horas.
6. Média mensal de consultas: 2719.
7. Acervo: 39.000 volumes; 6 títulos de jornais; 1006 títulos de revistas; 67 coleções de diapositivos; 450 folhetos já classificados.
8. Processos Técnicos: Catálogos de autores e de títulos; Classificação Decimal (CDU); Código de Catalogação, Vaticano.
9. Verba: Não dispõe de verba específica.
10. Equipamentos de microfilmagem: microfilmadora portátil Recordak; leitora e copiadora Magnaprint; leitor Recordak Instamatic; leitor Recordak Easamatic; leitor copiador Recordak Precision.

A CASA DE TODOS

Maria Madalena R. de Oliveira
Discurso proferido no ato de
inauguração, em 23-12-75.

O Senhor me colocou em lugares espaçosos, rezam as Escrituras.

Sim, quis a Providência que a Biblioteca Central, menina dos olhos do Magnífico Reitor, Professor Dr. João Martins Ribeiro, lembrasse a tão brasileira e tradicional Casa Grande. Não a Casa Grande descrita por Gilberto Freire em “Casa Grande e Senzala”, mas a Casa Grande de que nos fala recentemente Carlos Castro Saavedra e de quem vamos repetir algumas observações.



Casa de Todos, a nossa Biblioteca Central, casa ampla, com portas feitas para se abrirem de par em par, morada do sol e do ar não contaminados, símbolos da luz da autenticidade, que somente ilumina e oxigena os espaços incomensuráveis da alma humana.

Casa Grande, mas não aquela que arrasta consigo a sombra tenebrosa da senzala, como um manto de noite e solidão.

Casa Grande, mas não habitada por senhores de punhos rendados, e frívolas senhoras de anquinhas e babados.

Casa Grande, ventilada, varrida pelos quatro ventos. Casa do século XX, de espírito livre de preconceitos e que não transige com nenhuma espécie de cativo. Casa da inteligência, que se nega a obedecer, inteligentemente, ao despotismo e ao itinerário traçado pelos mortos, que permanecem insepultos sobre a terra.

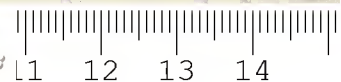
Casa Grande, com todos seus valores garantidos pelo juramento do Bibliotecário, guardião de tesouros literários.

“Prometo fazer tudo para preservar o cunho liberal e humanista, fundado na liberdade da investigação científica e na dignidade humana”.

Não há e nem poderia haver nesta casa de livros e periódicos, de microfichas e microfilmes, materiais simbólicos de cooperação internacional e compreensão mútua entre as nações, outro desejo do que o do progresso, da paz e da união entre os povos. Outra aventura mais arrojada do que a de congregar, humanizar e embelezar o universo, num ecumenismo dos mais luminosos. Nada pois de discriminações. Nem raciais, nem políticas, nem religiosas, nem de outro caráter qualquer. Mas a comunhão a mais absoluta e universal. Comunhão não só com os homens, mas comunhão cósmica, abrangendo os três reinos da natureza, em perspectivas espaciais e de liberdade plena.

Assim, os pássaros representados no quadro do Guima, no salão de leitura, poderão aqui, tal como lhes aprouver, pacificar ou polemizar livremente, dando, se for o caso, à polêmica dos homens, a dimensão de seus arrulhos harmoniosos, de seus vôos mais altos, inocentes e universais.

Em suma, que poderá pretender esta Biblioteca Central com seus espaços generosos, que nunca serão generosos demais para conter seus livros?



Refletir o mundo, sobretudo a comunidade universitária, e permitir que o mundo e de modo especial a Universidade, nela se espelhem e nela se sintam promovidos. Pretende alorjar, sobretudo, a obra prima do universo que é o homem, que no dizer de Fernando Pessoa “foi sempre aquele que esperou que lhe abrissem a porta ao pé de uma parede sem porta” . . .

Abrigar, pois, mais do que tudo, este pobre envergonhado que existe dentro de nós e que, por diversas razões, carece de alojamento espiritual, e o quer conseguir de forma honesta e descomplicada.

Pretende, pois, esta Biblioteca, fazer entrar, tranquilamente e num gesto fraternal, por suas portas abertas de par em par, todos os homens, sem exceção, sobretudo aqueles que pertencem à Universidade, juntamente com o sol, o ar, as estrelas, a fé, a rosa e o pássaro. Fazer entrar a brisa ao entardecer, que se soltou do cofre dos tesouros do Céu e que traz, na sua mensagem divina, o aroma dos montes e das veredas que serpenteiam pelo mundo afora, com suas cruces, assinalando o fim de muitas viagens e andanças do homem pela terra. Inclusive, também, de antigos servidores, antigos professores e alunos da Universidade. Assinalam ainda o começo de suas novas aventuras . . . Aventuras que permanecem invioladas e invioláveis, envolvidas na bruma do mistério, mas que não são menos reais e menos belas. Sabemos que a morte não é o fim, mas o princípio da verdadeira, da única ventura: a do passar à Eternidade empregando todo engenho e arte em fazer, às escondidas, todo o bem possível aos que ficaram no tempo.

Como diz o poeta: “A morte é apenas uma curva no caminho. Morrer é só não ser visto”.

Não alcançamos só até onde nosso braço chega. E não percebemos só até onde chega nosso olhar. E os mortos, se não são vistos, são muitas vezes sentidos pelos vivos, que os amaram e ainda os amam. Como os braços arrancados que ainda doem no mutilado. Como o calor da mão que permanece em nossa frente, com a persistência das formas ausentes.

Sim, se há espaços onde a rosa que caiu deixa o espectro de seu perfume, são desta espécie os espaços da nossa Biblioteca. Por acaso não estamos nós ainda sentindo no ar a doçura de uma Celina Bracher? Os mortos queridos vêm até nós com a permissão do Altíssimo. Afagam-nos num abraço momentâneo. Tocam-nos na frente, tão levemente, que não sabemos que nos tocam, senão por uma presença na alma e um vago soluço, partindo, melodiosamente, do antiquíssimo de nós.



Nas próprias portas que se abrem aqui, na Biblioteca Central, sentimos palpar o calor dos que partiram; mas não sem ter deixado sua abençoada contribuição, para a grandeza da Universidade, e portanto para o seu desabrochar na Biblioteca Central, com as dimensões da Eternidade.

Sim, a Biblioteca é grande, porque nela cabem os que já transpuseram a fronteira e os que ainda se acham no tempo.

É grande a Casa de Todos, porque nela cabem os que já encontraram e os que ainda buscam a Verdade, a Beleza e o Bem. Mesmo que seja por caminhos distintos. Por caminhos até contrários e antagônicos, mas traçados com honradcz e dignidade. Num encontro com a própria verdade e a verdade do outro.

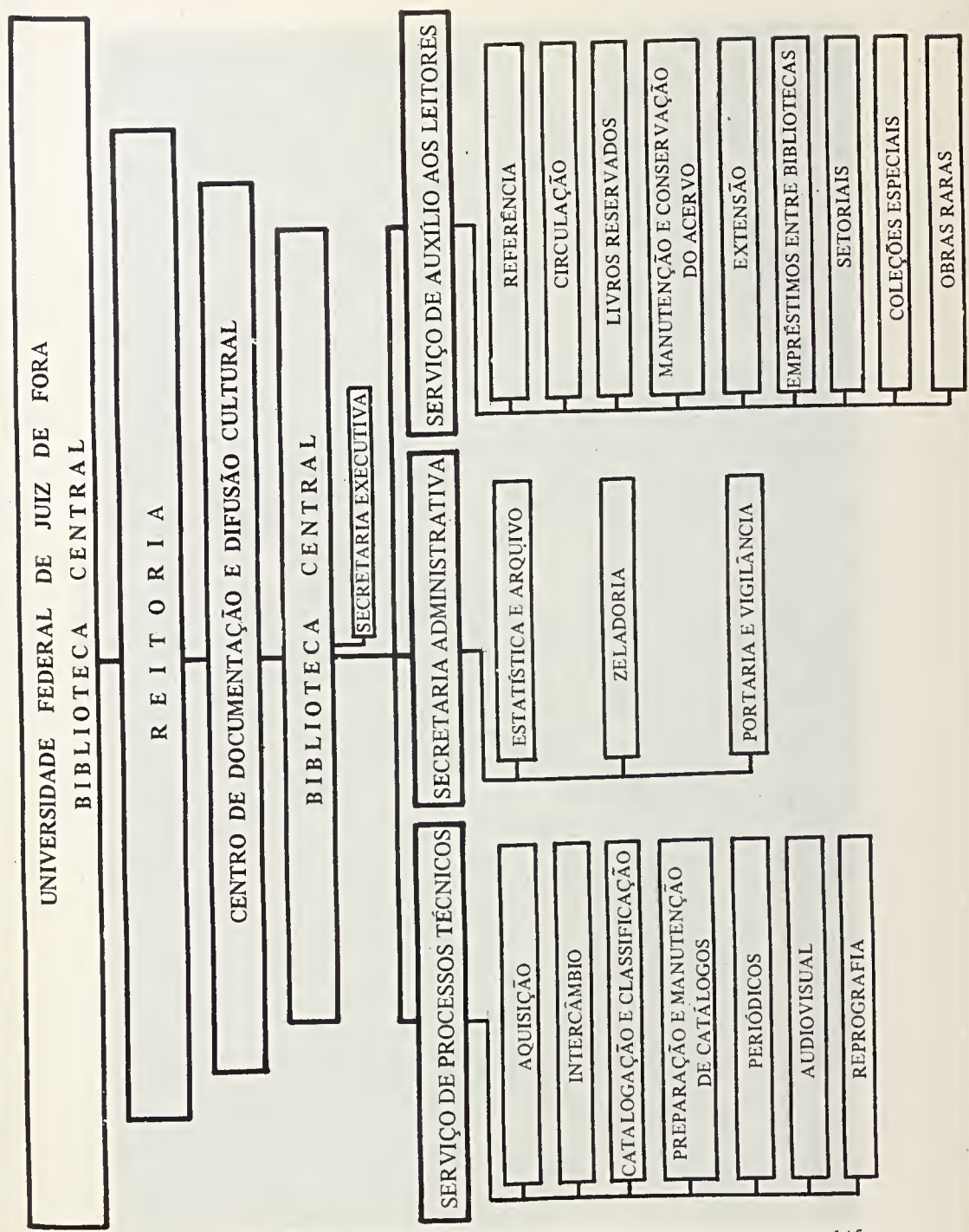
É grande porque nela haverá sempre espaço para todas as coisas que mereçam ser criadas e recriadas. Coisas dos homens, do firmamento, da terra, do mar. Como o pensamento e a arte. Como as árvores e os pássaros do Guima. Como as conchas do Professor Maury.

Tudo se integrando na verdadeira cultura que também é amor . . . Amor que hoje se traduz em gratidão ao Magnífico Reitor, Professor Dr. João Martins Ribeiro, que neste dia oferece à Universidade Federal de Juiz de Fora e à Comunidade desta cidade, um tesouro de luz que vem aumentar a sua riqueza.

REFERÊNCIA

1. Samuel, 11 - 22, 20 - Sagrada Escritura.
2. Gilberto Freire: Casa Grande e Senzala.
3. Carlos Castro Saavedra: La Casa de Todos - 1, 19-Enero-Marzo. (Poeta e escritor. Atualmente: Diretor do Departamento de Extensão Cultural da Universidade de Antioquia).
4. Fernando Pessoa: Antologia.
5. Salmo 134, vers. 6 e 7; Salmo 135 (134) - Sagrada Escritura.

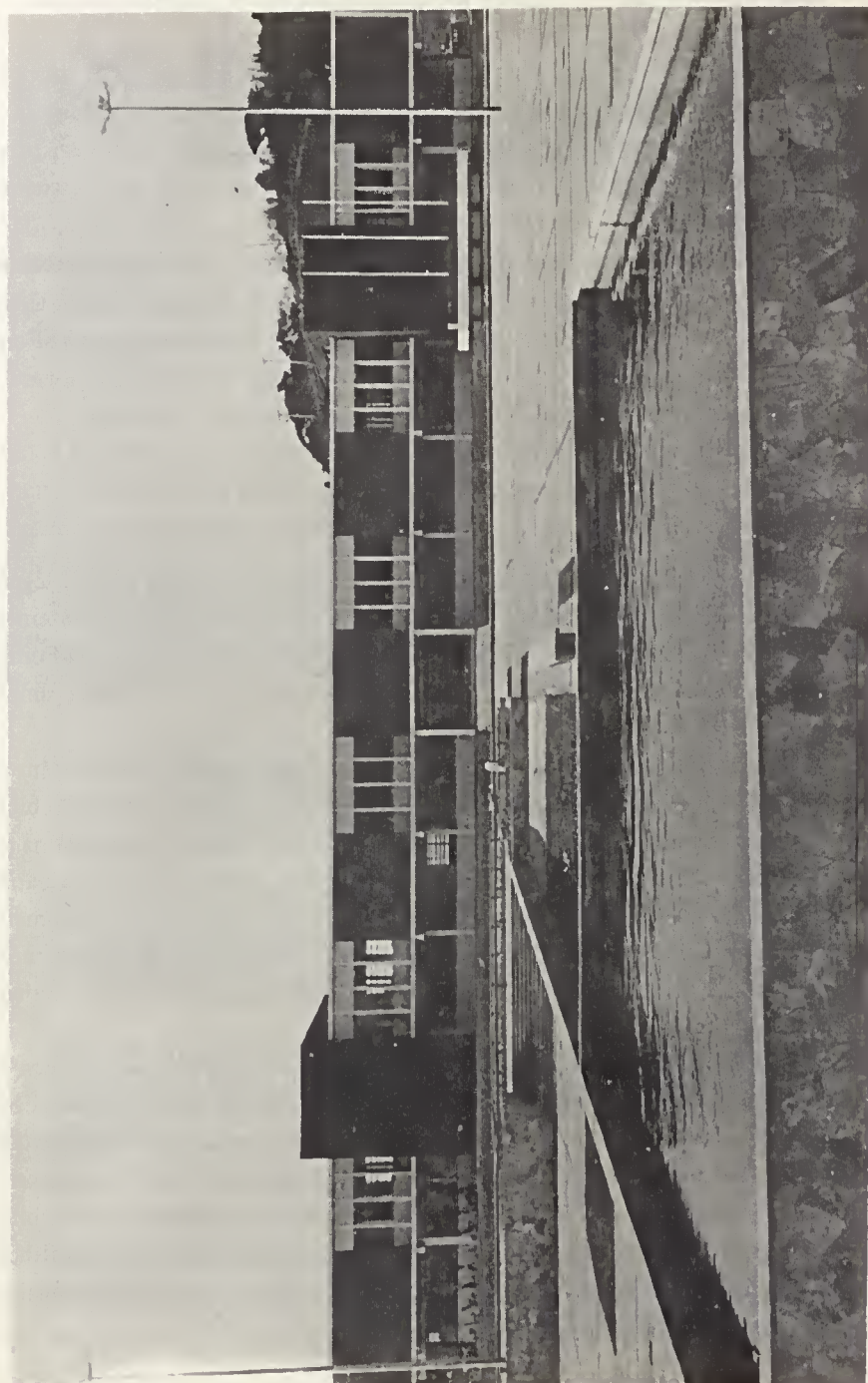






Sala de leitura





Biblioteca da Universidade Federal de Juiz de Fora



CATALOGAÇÃO-NA-FONTE E CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

ECOS DE UM ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

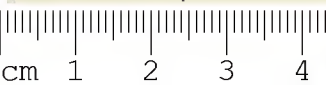
REGINA CARNEIRO
Bibliotecária-Chefe do Centro
de Catalogação-na-Fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP

1. INTRODUÇÃO

Aos bibliotecários brasileiros pode causar estranheza a sigla CIP na legenda que introduz os dados catalográficos de alguns de nossos livros mais recentemente publicados. Existe diferença entre o que chamamos de Catalogação-na-Fonte e Catalogação-na-Publicação, isto é, "Cataloging-in-Publication", conhecida simplesmente por "CIP"?

Quanto às finalidades, podemos responder negativamente: ambas têm por objetivo o fornecimento de dados que permitam a identificação e descrição bibliográfica de determinada publicação, preparados antecipadamente e impressos na própria publicação. Essa pré-catalogação ou "catalogação pré-natal", como a batizou pitorescamente Ranganathan, possibilita a auto-identificação de um documento, reunindo num único local, de forma padronizada, informações bibliográficas muitas vezes esparsas, facilitando, ao mesmo tempo, a rápida apreensão de seu conteúdo intelectual.

Algumas diferenças existem quanto a detalhes e objetivos específicos que caracterizam o programa brasileiro de Catalogação-na-Fonte. Para compreendê-las, assim como o uso de CIP antes do registro dos dados, precisamos nos remontar ao encontro internacional de Catalogação-na-Publicação, realizado em Washington, de 13 a 17 de setembro de 1976, na Library of Congress, por iniciativa dessa biblioteca. Do Brasil participaram do encontro a bibliotecária Berta Rosa da Silva Ribciro, na ocasião chefe do serviço de Catalogação-na-Fonte do Sindicato Nacional dos Editores de Livros e Regina Carneiro.



2. RAZÕES QUE DETERMINARAM O ENCONTRO

Até 1971, somente a União Soviética contava com um programa nacional de Catalogação-na-Fonte, iniciado na década de 60, pois que a experiência levada a efeito pela Biblioteca do Congresso durante cerca de um ano, 1958-59, havia sido suspensa. Renovada a idéia, novo programa teve início nessa biblioteca, em julho de 1971, com o nome de "Cataloging-in-Publication". No mesmo ano instalou-se no Brasil um serviço descentralizado de Catalogação-na-Fonte, criado pela Câmara Brasileira do Livro, em São Paulo, e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, no Rio de Janeiro, visando à realização de um programa conjunto de Catalogação-na-Fonte.

A importância do sistema para a rápida divulgação das publicações e como auxílio às bibliotecas, reduzindo o custo do processamento dos livros e acelerando sua circulação entre os usuários, bem como o sucesso extraordinário alcançado pelo programa norte-americano, estimularam outros países a desenvolver atividade semelhante: Austrália, Canadá, República Federal da Alemanha e Grã Bretanha.

A multiplicação de programas indicou a necessidade de um encontro que permitisse o relato das experiências nacionais, propiciando amplo debate sobre o assunto e, possivelmente, o início de uma profícua cooperação internacional.

3. PRIMEIRO ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

Com exceção da URSS, todos os demais países com programas em operação enviaram representantes ao encontro. Além desses, participaram também representantes de países com projetos semelhantes: França, Japão, República da China e Suécia.

Após a exposição dos programas em operação ou em projeto, houve troca de idéias, debates sobre pontos controvertidos e algumas recomendações importantes foram aprovadas.

3.1 Resultados do Encontro

Entre os resultados positivos destaca-se o estabelecimento de padrões mínimos indispensáveis ao intercâmbio internacional das informações bibliográficas fornecidas pela Catalogação-na-Publicação, aprovadas como Recomendações. Eis algumas:



3.1.1 Uso internacional da sigla CIP

Os dados catalográficos devem ser introduzidos por uma legenda com o nome do país e entidade, precedida de "CIP". Acatamos a recomendação por entender que esse símbolo facilitaria a identificação dos registros impressos nas publicações, dificultada pelas barreiras lingüísticas, mantendo, ao mesmo tempo, a denominação já consagrada em nosso país de Catalogação-na-Fonte. Em decorrência passamos a usar:

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

ou

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

3.1.2 Aplicação do ISBD (Descrição Bibliográfica Internacional Padronizada) à catalogação descritiva.

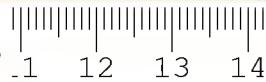
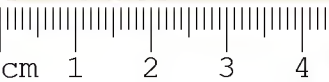
Essas normas, já introduzidas em numerosas bibliografias nacionais, estão sendo igualmente empregadas em muitas bibliotecas do exterior e algumas brasileiras.

A adoção do ISBD na Catalogação-na-Fonte, que já estava em cogitação antes mesmo do encontro, não pôde ser feita de imediato por várias razões:

a) necessidade de um estudo em profundidade e treinamento dos catalogadores que iriam aplicar as normas do ISBD(M);

b) conhecimento prévio da reação dos bibliotecários brasileiros à sua implantação. A tradução em português da edição "standard" de 1974, por Maria Luísa Monteiro da Cunha, Presidente da Comissão Brasileira de Processos Técnicos da FEBAB, que muito trabalhou para divulgá-la entre os especialistas, a publicação em 1974 do Capítulo 6 do Anglo American Cataloging Rules, de acordo com normas do ISBD(M), os estudos de grupos de bibliotecários, como o Subgrupo de Catalogação do Grupo de Bibliotecários em Documentação e Informação em Processos Técnicos, da Associação Paulista de Bibliotecários*, cursos e palestras realizados em escolas, congressos, associações de bibliotecários, facilitaram sua disseminação e mostraram o interesse despertado pelas novas normas. Em que pese algumas opiniões em contrário, a manifestação de muitos bibliotecários brasileiros (entre os quais se contam eminentes professores de Catalogação) é favorável à adoção do ISBD na Catalogação-na-Fonte. Amadurecida a idéia, vencidas as dificuldades, brevemente será atendida a recomendação do encontro para a descrição bibliográfica registrada em nossas publicações.

* *Comparação entre ISBD(M)-Cap. 6 do AACR (1967) e ed. especial (1974), em fase final de preparo para publicação.*



3.1.3 Padrões mínimos

Embora alguns programas de CIP já incluam publicações seriadas, as recomendações aprovadas no encontro referem-se apenas a monografias. Apesar das divergências quanto à quantidade de dados que devem ser registrados, por consenso geral foram estabelecidos os padrões mínimos obrigatórios, constituídos dos seguintes elementos:

Entrada principal (autor ou título)

Título principal

Notas suplementares (em todos os casos indicados nas normas do ISBD)

Entradas secundárias

Cabeçalhos de assunto (os países que não os adotam devem fornecer um breve resumo verbal do assunto da publicação).

3.1.4 Elementos facultativos

Dos elementos facultativos, alguns foram considerados bastante importantes, recomendando-se o seu registro sempre que acessíveis e normalmente adotados na catalogação do país:

Indicação da série, subsérie e número da publicação na série.

Notas relativas à tradução e indicação de tese ou dissertação.

ISBN (Numeração Internacional Padronizada do Livro).

Número da classificação bibliográfica do assunto.

3.1.5 Outros elementos

O fornecimento de qualquer outro dado no registro da publicação fica a critério do programa CIP de cada país.

3.1.6 Recomendações especiais

Para os países que dispõem de sistemas de distribuição de registros automatizados, outros padrões foram estabelecidos: além dos elementos considerados obrigatórios, o registro em fitas magnéticas deve incluir todos os dados disponíveis quando do processamento dos títulos.



4. ELEMENTOS INCLUÍDOS NA CATALOGAÇÃO-NA-FONTE BRASILEIRA

Além dos elementos obrigatórios recomendados nesse evento, alguns dados considerados facultativos são incluídos na catalogação-na-fonte brasileira: outros títulos e outras informações sobre o título, dados referentes aos autores (principais e subsidiários), à edição e à imprensa. Dos dados normalmente omitidos em outros países, apenas a colação foi suprimida de nossas descrições bibliográficas em decorrência das discrepâncias verificadas entre a descrição física registrada na publicação, feita através de provas ou informações fornecidas pelas editoras, e a publicação impressa.

Dos elementos facultativos, opinamos pela obrigatoriedade de inclusão do dado referente ao autor e, na imprensa, do lugar e nome do impressor.

Justificativa: o nome do autor pessoal nem sempre coincide com a forma do cabeçalho na entrada principal; em se tratando de autor coletivo, o simples registro da entrada principal dificilmente serviria, em certos casos, para a identificação da entidade responsável pelo conteúdo intelectual da obra. Acresce lembrar que o ISBD estabelece normas para a descrição bibliográfica em formato que possa ser aceito internacionalmente, omitindo o cabeçalho de autor, sujeito a controvérsias e interpretações diversas; mas determina a inclusão do nome do autor na área correspondente, como se encontra na publicação, a fim de facilitar sua identificação independentemente de qualquer cabeçalho.

Quanto à imprensa, a proveniência do material enviado para a catalogação-na-fonte, pela própria entidade publicadora, não oferece dificuldade ao registro do dado. Sua inclusão atende ao interesse das editoras e dos usuários; estes nem sempre poderão determinar com facilidade o local e o editor principal. A transcrição da data já é discutível, ocorrendo algumas vezes diferenças de ano, devidas a alterações nas programações editoriais. Tratando-se de informação importante, preferimos correr o risco, fornecendo-a, mas recomendando às editoras que façam as alterações necessárias no caso de mudanças posteriores à catalogação.

Exemplo de Catalogação-na-Fonte no Brasil:



B336h Batista Filho, Olavo, 1917--
O homem e a ecologia: atualidades sobre problemas brasileiros
[por] Olavo Baptista Filho. São Paulo, Pioneira, 1977.
(Manuais de estudo)

Bibliografia.

1. Ecologia humana -- Brasil 2. Poluição -- Brasil 3. Po-
pulação I. Título.

77-0959

17. CDD-301.30981
18. -301.310981
17. e 18. -301.320981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ecologia humana 301.30981 (17.)
301.310981 (18.)
2. Brasil : Poluição : Ecologia 301.30981 (17.)
301.310981 (18.)
3. Brasil : População : Sociologia
301.320981 (17. e 18.)

5. ELEMENTOS INCLUÍDOS NOS PROGRAMAS CIP

Com pequenas variações, geralmente são incluídos todos os elementos que foram recomendados como obrigatórios, considerados indispensáveis para a identificação das publicações e sua divulgação. Baseiam-se no fato de que são obtidos antes da impressão das obras e que muitas vezes são feitas alterações posteriores nas editoras. Limitando-se às informações essenciais e que estão menos sujeitas a modificações, há menor margem de erro nos dados da CIP.



Mas há um fato interessante que precisa ser mencionado em relação a esses países. Concomitantemente à remessa dos dados da CIP às editoras, informações mais completas são transmitidas aos sistemas de catalogação legível em computador e distribuídas aos interessados em fitas magnéticas ou registros impressos. Publicado o livro, um exemplar é remetido às bibliotecas nacionais que, então, completam as informações, corrigindo erros porventura existentes nos produtos obtidos dos processos automatizados. Os países que mantêm serviços de distribuição de fichas, podem, assim, enviar as entradas catalográficas completas às bibliotecas que o desejarem; de qualquer modo, os dados de CIP nos livros permitem colocá-los imediatamente em circulação, sem ter de aguardar semanas e até meses pelas fichas impressas. A divulgação rapidíssima, feita através de publicações bibliográficas semanais, mensais e acumuladas, facilita a aquisição dos livros não só pelas bibliotecas como por todos os interessados.

Exemplo de CIP dos Estados Unidos:

Library of Congress Cataloging in Publication Data

Stroud, A H

Numerical quadrature and solution of ordinary differential equations.

(Applied mathematical sciences, v. 10)

Includes bibliographies.

1. Differential equations — Numerical solutions.
2. Numerical integration. I. Title. II. Series.

QA1.A647vol. 10|QA372|510'.8s|515'.352|74-9543

6. NOVAS TENDÊNCIAS DA CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

Algumas observações importantes pudemos fazer nesse encontro, reforçando as conclusões a que tínhamos chegado pela leitura do relatório de L. R. Swindley, Bibliotecário-Chefe da Biblioteca Nacional da Austrália, publicado em 1975 pela UNESCO *, no qual apresenta o resultado de uma pesquisa internacional sobre CIP. Contém os programas de 4 países: Estados Unidos, Austrália, União Soviética e Brasil, e referência a outros em estudo na ocasião da pesquisa, acompanhados de lúcidos comentários pessoais.

* SWINDLEY, L. R. - *NATIS: cataloging in publication, an international survey.* Paris, Unesco, 1975.



O objetivo inicial da Catalogação-na-Fonte evoluiu rapidamente, de maneira a se tornar um elemento essencial na alimentação dos sistemas bibliográficos nacionais, visando principalmente à rápida divulgação das novas publicações. Em outras palavras, a ênfase dos programas reside atualmente no fato de que um registro bibliográfico legível em computador é preparado antes da publicação, de maneira que os dados impressos nos livros passaram a ser encarados como subprodutos da Catalogação-na-Publicação.

Essa tendência estabelece uma diferença fundamental dos programas CIP com o da Catalogação-na-Fonte brasileira, em que a ênfase continua a ser dada às informações bibliográficas registradas nos livros e as publicações que divulgam esses dados, como "OFICINA DE LIVROS: novidades catalogadas na fonte" da Câmara Brasileira do Livro e "INFORMATIVO BIBLIOGRÁFICO" do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, podem ser considerados subprodutos da Catalogação-na-Fonte. Nosso objetivo principal continua a ser o de auxiliar as bibliotecas no processo da catalogação, justificando-se, assim, os dados numerosos registrados nas publicações.

7. CONCLUSÕES

Foi-nos permitido observar, também, que embora bons resultados tenham sido obtidos no Brasil, muito nos falta caminhar para atingir o progresso da CIP internacional. Mencionamos entre os principais:

1. Conseguir a participação de maior número de editoras e trabalhar no sentido de abranger sua produção global, não apenas parte dos livros ou somente condições. Depositamos grande esperança no Projeto de Lei 450-A, de 1975 que obriga a inclusão da ficha catalográfica nos livros publicados no País, do dinâmico deputado José Roberto de Faria Lima, já aprovado na Câmara Federal.
2. Acelerar a divulgação dos registros dos livros catalogados, para suprir de certa forma a ausência de publicações correntes nacionais.
3. Divulgar o programa da Catalogação-na-Fonte, facilitando o trabalho com as editoras e a utilização dos dados pelas bibliotecas. Essa medida já foi tomada e brevemente serão distribuídos folhetos contendo explicações detalhadas.
4. A extensão da CIP a outros tipos de publicações, como publicações oficiais, seriadas e materiais audiovisuais, iniciada em caráter experimental ou em estudos em alguns programas CIP está, no momento, fora dos objetivos dos centros brasileiros.



II ENCONTRO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES DO ESTADO DE SÃO PAULO

IV ENCONTRO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Santo André, 4 de dezembro de 1976.

UM SISTEMA DE DUPLICAÇÃO DE FICHAS NO SERVIÇO DE CATALOGAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

Nora Gomes Torres – CRB 8/162
Chefe da Seção de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Santo André. Representante Municipal do Instituto Nacional do Livro.

SINOPSE:

Trata da descrição do sistema de duplicação de fichas catalográficas adotado na Biblioteca Pública Municipal de Santo André, utilizando a copiadora 914 da Xerox do Brasil S.A. Propõe ainda a utilização do sistema para uma rede de bibliotecas com acervos semelhantes, desde que controlada por um sistema central de aquisição, registro e preparo técnico do material.

CDD – 205.3

CDU – 025.3

COLABORAÇÃO:

Colaboraram efetivamente na implantação do sistema, as funcionárias:

- Neyde Brisolla, Auxiliar de Biblioteca, responsável pelos serviços de Tombamento e Reprografia.
- Maria Regina Boschetti Lacerda, Auxiliar de Biblioteca, responsável pelos serviços de datilografia de fichas e preparo do Boletim Bibliográfico.



SUMÁRIO

Introdução

Apresentação

Descrição do Sistema de Desdobramento de Fichas Catalográficas

Execução do Sistema

Vantagens Obtidas Com a Adoção do Sistema

Conclusão

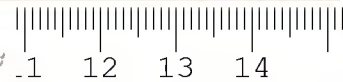
Recomendações

Anexos

INTRODUÇÃO

Considerando que:

1. O desdobramento de fichas catalográficas nas bibliotecas, representa um trabalho oneroso, pelo número de pessoas que envolve para a datilografia e para a conferência de fichas;
2. é grande a quantidade de fichas analíticas necessárias à catalogação, além das fichas matriz, de autor, tradutor, título, assunto, série, índice, rubrica, casa publicadora, identidade, tomo, etc.;
3. a tarefa de datilografia no desdobramento de fichas é excessivamente repetitivo, monótono e cansativo, portanto ocorrendo grande incidência de erros;
4. os equipamentos existentes para o desdobramento de fichas, nem sempre satisfazem as exigências, quer pela qualidade das cópias, quer pelo alto custo do equipamento, quer pela mão de obra trabalhosa no emprego de preparo de matrizes;
5. as bibliotecas geralmente enfrentam problemas de falta de pessoal e equipamento para os serviços técnicos, uma vez que o atendimento de público absorve grande parte dos funcionários;
6. em consequência, a maioria das bibliotecas possuem um grande atraso nos serviços de catalogação, permanecendo grande parte do acervo inacessível por falta de preparo técnico;



7. as copiadoras em bibliotecas, escolas, Prefeituras, etc. constituem um equipamento que é uma constante cada vez maior.

A Seção de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Santo André vem oferecer como contribuição ao II Encontro de Bibliotecas Públicas e Escolares do Estado de São Paulo e IV Encontro de Bibliotecas Públicas do Interior do Estado de São Paulo, sua experiência na implantação de um sistema central de duplicação de fichas, para as quatro bibliotecas que fazem parte da rede da Biblioteca Pública Municipal de Santo André.

APRESENTAÇÃO

A Biblioteca Pública Municipal de Santo André, inaugurada em 8 de abril de 1954, conta com um acervo atualmente de 36.400 volumes, distribuídos em cinco bibliotecas a saber:

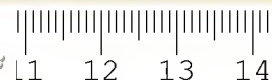
Biblioteca Central, com 11.609 volumes, destinada a usuários a partir do nível colegial; Biblioteca Escolar, com 3821 volumes, destinada a consulta em nível ginasial; Biblioteca Circulante, com 14.392 volumes, destinada ao público leitor em geral; Biblioteca Braille, com 425 volumes, para os cegos e amblíopes, localizadas no Centro Cívico; e a Biblioteca Cecília Meireles, com 6153 volumes, localizada no 2.o subdistrito de Utinga, com acervo de caráter geral.

Aberta ao público de segunda a sábado, com 13 horas diárias de funcionamento, a Biblioteca Municipal atendeu de Janeiro a Dezembro de 1975, 152.410 consulentes, numa média mensal de 12.700 leitores, tendo sido emprestados para leitura a domicílio 29.721 volumes.

A Biblioteca conta com 28 funcionários, sendo 2 bibliotecários e 3 auxiliares para os serviços técnicos e de secretaria, e 23 para o atendimento de público, além de 1 estagiário de biblioteconomia.

Para todas as bibliotecas, o catálogo adotado é o sistemático e a classificação é a Classificação Decimal de Dewey.

A aquisição, registro e preparo técnico do material é um serviço centralizado, através do qual a Biblioteca vem catalogando uma média mensal de 400 livros.



DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE DESDOBRAMENTO DE FICHAS CATALOGRÁFICAS

O sistema de duplicação de fichas adotado, pode ser descrito sumariamente como se segue:

- a) utilização do equipamento Xerox 914;
- b) utilização de formulário, em cartolina, medindo de 36 x 25 em., contendo 8 fichas serrilhadas e perfuradas de 8 x 12,5 cm. cada e 2 fichas menores para anotação de 4 x 12,5 em. Peso da cartolina: 60 quilos;
- e) utilização de folha de rotina;
- d) utilização de transparência com o código das bibliotecas que fazem parte da rede;
- e) utilização do papel tipo diário oficial da Xerox, medindo 241 x 355 mm., para datilografia dos originais a serem duplicados em cartolina;
- f) utilização, se possível, de máquina de datilografia IBM, pitch 12, com tecla corretiva e fita de polietileno, para obtenção de melhor qualidade das cópias. (A Biblioteca possui uma máquina IBM comum).

NOTA: A autora se dispõe a fornecer aos interessados cópias dos anexos. Escreva para: Biblioteca Pública Municipal de Santo André, Praça IV Centenário - Centro Cívico - Santo André - São Paulo.

EXECUÇÃO DO SISTEMA

O sistema adotado baseou-se no fato do equipamento Xerox 914 tratar-se de copiadora, segundo o Manual do Operador, com capacidade para trabalhar com matrizes Offset de até 0,15 mm. de espessura, o que nos levou a concluir que uma folha nas mesmas dimensões, contendo 8 fichas serrilhadas no tamanho padrão, poderiam perfeitamente ser gravadas.

Assim sendo, depois de várias tentativas, com vários tipos de cartolina, formato, peso, etc., chegou-se à medida exata: 1 folha de cartolina de 60 quilos, medindo 36 x 25 em., contendo 8 fichas serrilhadas de 8 x 12,5 em. e 2 fichas menores de 4 x 12,5 em., para anotações.

Para que o processamento fosse rápido, aproveitando todos os recursos da mecanização, tornou-se necessária uma folha de rotina, isto é, uma folha contendo as seguintes informações:



- a) ficha de nome certo completa;
- b) fichas remissivas de nome certo;
- c) ficha de tombo;
- d) ficha de casa publicadora;
- e) ficha de rubrica de assunto;
- f) ficha de índice;
- g) ficha matriz completa.

Terminada essa tarefa, o livro passa para as salas de leitura já classificado e preparado para a circulação, permanecendo apenas a folha de rotina com o catalogador.

Para uma rede de bibliotecas com acervos semelhantes, é indispensável a folha de rotina na qual se fará o rascunho da catalogação do livro completa, contendo todas as informações necessárias.

De posse dessa folha de rotina, o catalogador reunirá jogos de 8 matrizes contendo o mesmo número de desdobramentos, bem como reunirá jogos de rubricas de assunto e os índices de assunto, para serem datilografadas as matrizes a serem duplicadas para todas as bibliotecas.

Depois de reunidos os jogos de 8 matrizes com o mesmo número de desdobramentos, são datilografados em papel tipo diário oficial, medindo 241 x 355 mm., para serem duplicadas tantas vezes quantas forem necessárias, atendendo às exigências da pista. Para identificação da biblioteca, desde que sejam duplicados 8 títulos de cada vez para mais de 1 biblioteca, basta ter-se o cuidado de colocar uma transparência contendo o código de cada biblioteca a fim de que as cópias já saiam identificadas. Quando numa só folha contiver livros para várias bibliotecas, a identificação será feita no momento de datilografar os originais para serem duplicados.

A máquina deve estar regulada na temperatura máxima, como para gravação de offset.

Posteriormente, através de cada jogo composto de 8 folhas de rotina, serão completados os desdobramentos necessários e os respectivos números de tombo.

Uma vez terminada a duplicação, os originais datilografados são guilhotinados em 8 fichas e arquivados, para a elaboração do Boletim Bibliográfico Mensal e acumulado para o Boletim Bibliográfico Anual.



VANTAGENS OBTIDAS COM A ADOÇÃO DO SISTEMA

Esse sistema de duplicação de fichas, aliado a um sistema centralizado de processamentos técnicos, resulta nas seguintes vantagens:

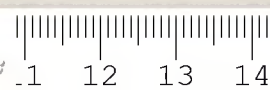
- a) maior número de títulos processados em menor tempo, com o mesmo número de pessoal;
- b) menor incidência de erros, portanto menor perda de tempo e material;
- c) permitir uma catalogação mais completa e com maior número de fichas analíticas;
- d) tornar a tarefa de datilografia mais eficiente, menos monótona e cansativa;
- e) melhor utilização do pessoal nos trabalhos da biblioteca;
- f) eliminação de tempo gasto em tarefas repetitivas;
- g) menor tempo gasto na conferência de fichas;
- h) revisão sistemática nos catálogos do público, refazendo a rigor as fichas desgastadas pelo uso ou refeitas por exigências técnicas;
- i) uso de um mesmo equipamento para diversos fins;
- j) eliminação de horas ociosas no equipamento;

E, finalmente, a apresentação de um trabalho limpo, legível e sem rasuras.

CONCLUSÃO

Nosso trabalho foi submetido à apreciação da direção da Xerox do Brasil S.A., tendo sido testado o equipamento e aprovado para esse fim, quando então o representante nos instruiu a respeito dos defeitos que poderiam ocorrer.

A grande dificuldade consiste na padronização do material a ser empregado, no caso as fichas de cartolina, que sendo adquiridas através do processamento normal, por tomada de preços, as medidas exatas e a qualidade nem sempre são respeitadas. As dimensões e qualidade do papel constituem um fator importante para o bom andamento do serviço, motivo pelo qual ao fazermos contato com a Xerox do Brasil S.A., para relatarmos nossa experiência, procuramos interessá-la no sentido da mesma fazer o controle de qualidade das fichas, ou até mesmo produzi-las como ocorre com o papel, etiquetas, etc.



Entretanto, esse sistema vem sendo empregado com pleno êxito no nosso serviço, permitindo que com o pequeno número de funcionários que dispomos, 2 bibliotecários e 3 auxiliares para os serviços técnicos, possamos preparar uma média de 400 livros mensalmente, tirando gradativamente o atraso que existia nos serviços de catalogação e permitindo a recatalogação de grande parte do material.

RECOMENDAÇÕES

Propomos a utilização do sistema para uma biblioteca, ou para uma rede de bibliotecas com acervos semelhantes, desde que controlada por um sistema central de aquisição, registro e preparo técnico do material, pelos seguintes motivos:

1. o mesmo equipamento pode ser utilizado para diversos fins, com vários tipos de material, sem necessidade de uma regulação especial:

- a) cópias comuns de documentos em geral;
- b) cópias de páginas de livros, verso e anverso, permitindo a reposição imediata de páginas de livros danificados;
- c) transparências para retroprojeter;
- d) matrizes para offset;
- e) endereçamento, através de duplicação de folhas contendo 33 etiquetas;
- f) fichas catalográficas para bibliotecas;
- g) fichas e cartões em geral, com cartolina de 60 ou 80 quilos.

2. Com o produto da venda de cópias com pequena margem de lucro, aos usuários, toda a despesa efetuada com a copiadora, incluindo aluguel, material de consumo e as cópias utilizadas pela Biblioteca estará paga, não ocorrendo portanto onus algum.

3. O equipamento é tão versátil que com um pouco de imaginação e espírito de investigação se poderá conseguir um maior número de aplicações para diversos serviços, o que o torna desde já indispensável aos serviços das bibliotecas.



O ANEL DE GRAU

Em janeiro de 1963, durante a Reunião Anual do Conselho Diretor da FEBAB, foram postas em votação três sugestões, apresentadas pela Associação Paulista de Bibliotecários, Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo e Associação dos Bibliotecários do Paraná. A matéria visou fixar o modelo do anel de grau para o bibliotecário.

O pedido de pronunciamento foi encaminhado às Associações filiadas e Escolas de Biblioteconomia, através da Circular 17, de novembro de 1962.

Na Reunião do Conselho Diretor votaram presidentes de Associações e alguns delegados, sendo seis favoráveis ao modelo apresentado, com algumas modificações; dois delegados se pronunciaram pelo adiamento da matéria; um votou contra.

Tendo a maioria se manifestado favorável, ficou decidido que o anel de grau do bibliotecário deveria ter as seguintes características:

- Pedra — ametista
- Emblemas — lâmpada de Aladim e um livro aberto

CONSIDERAÇÕES E SIMBOLISMO

- Ametista** — palavra originária do grego Amethystos. Pedra preciosa de cor violeta. É uma variedade de quartzo, encontrada no Brasil, Uruguai, Sibéria e no Ceilão.
Clássica pedra da amizade; reforça a memória; preserva de alucinações. Defende contra a embriaguez.
É a pedra usada para os anéis dos bispos.
- Lâmpada de Aladim** — Desde os tempos antigos simboliza a perene vigília; a atividade intelectual; o árduo trabalho das especulações lítero-científicas.

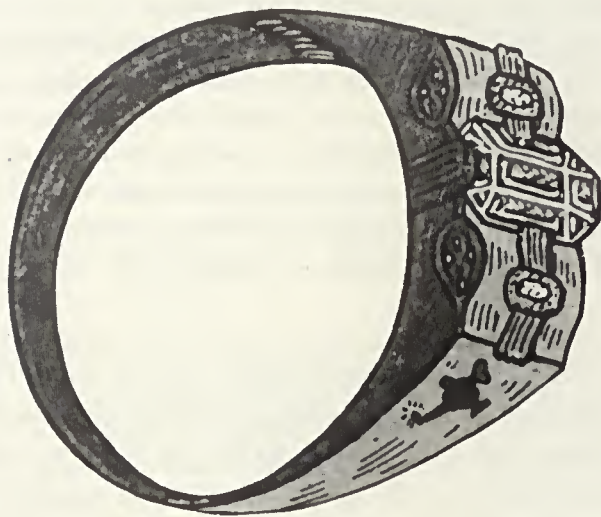
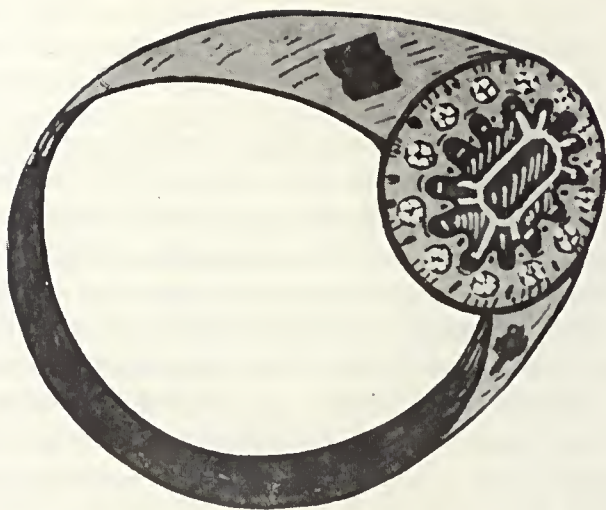


- Livro aberto — Significa o oferecimento da educação e da cultura.
- Confecção — O anel deverá ser feito em ouro, tendo lateralmente os símbolos já mencionados, em platina, para ficarem em relevo.
Todas as especificações aqui apresentadas foram encaminhadas às Associações e Escolas, pela Circular 5, de março de 1963.

BIBLIOGRAFIA

- CAIRO, GIOVANNI — Dicionario regionato dei simboli.
- RONCHETTI G. — Dicionario ilustrato dei simboli.
- NOVO, PEDRO DE — Diccionario de geologia y ciencias afines.
- FERRAZ, L.C. — Compêndio dos minerais do Brasil.
- MANSFELD, Dr. — Piedras Preciosas: su significado e importancia en el sentido científico, económico, artístico y oculto.





PLANO INTEGRADO DE MERCADO PARA O LIVRO

Não é mais possível imaginar-se qualquer atividade econômica que pretenda uma cobertura do mercado, em larga escala, operar sem um plano de “marketing” definido. A era do palpite e das decisões pessoais, de envolvimento emocional, já acabou. Trabalhar no padrão antigo é arriscar-se a enterrar um patrimônio ou matar um empreendimento no nascedouro. Essa é a ordem natural da evolução nas atividades mercantis. Não é sofisticação, nem descjo de dificultar as atividades que até aqui sempre foram bem mais simples, com as novas e complicadas regras matemáticas, os princípios de psicologia do consumidor e mais os novos conhecimentos de economia, pesquisa, propaganda, promoção, distribuição horizontal ou vertical e muitos termos importados como o próprio “marketing”, o “merchandising”, “share of market” e outros.

O negócio do livro é hoje, na maioria dos países desenvolvidos, uma atividade extremamente peculiar e que soube assimilar as modernas técnicas de comercialização, desenvolvidas nas últimas décadas e que alcançou importância como atividade econômica. Também no Brasil já se fez, pensando coletivamente no problema do livro, uma tentativa realmente importante, no sentido de dotá-lo de instrumentos capazes de fazê-lo chegar a um maior número de consumidores, e por outro lado, com um modo de produção mais eficaz e por isso mais rentável. E principalmente, de forma que o investimento em edições se torne mais seguro e planejado.

No plano da Política Integrada do Livro que foi apresentado pela Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros ao Governo Federal, no capítulo das conclusões, há uma recomendação no sentido de propiciar medidas necessárias ao desenvolvimento da indústria do livro no Brasil, ao qual foi dado o nome de Plano de Marketing Global Integrado para o Livro e que tem em conta três objetivos principais, desdobrados convenientemente em seus respectivos programas, os seus participantes, os aspectos que suscitam consideração e os programas paralelos, que porventura permitam desenvolvimento.



O primeiro dos objetivos é o que tenciona divulgar o hábito de leitura, com os seguintes programas: bibliotecas infantis, bibliotecas públicas; bibliotecas de empresas, programas do INL e Fename e programas do Mobral. Participariam destes programas, as Editoras, Associações de Pais e Mestres, a comunidade, empresas privadas, serviços sociais, governos federal, estadual e municipal. Haveria os seguintes aspectos a considerar: ampliação e atualização dos programas já existentes, organização de novas unidades e preparação de bibliotecários. Os programas paralelos de apoio seriam as campanhas publicitárias permanentes, ciclos de palestras e conferências, lançamento de publicações, visando à orientação de mestres e pais.

O segundo objetivo do Plano Integrado de Marketing, considera como objetivo primordial os problemas ligados ao uso do livro didático, que contaria com os seguintes programas: Plidef, Plidem, Plides, treinamento de professores e montagem de bibliotecas escolares. Seriam participantes destes programas, os governos federal, estadual e municipal, as Associações de Pais e Mestres, os editores e a comunidade. A considerar, ainda, a necessidade de se desenvolver o uso do livro didático e de texto e substituir, eficientemente, o uso de apostilas.

Finalmente, o terceiro objetivo que seria desejável atingir, é o que enfoca a adequação da rede de distribuição do livro no País. Entre os programas seria importante contar com os canais de distribuição do Fename e da rede particular, além de procurar-se aperfeiçoar o nível técnico de mão-de-obra para a indústria do livro. Seriam participantes destes programas as empresas privadas do ramo, as associações de classe e os órgãos oficiais.

Finalmente, entre os aspectos a considerar, com relação aos programas e seus participantes, devemos mencionar a necessidade de se promover uma maior eficiência operacional e logística, inclusive de serviços postais. Como programas parciais caberia citar, a veiculação de informações, criação de catálogos e instituição de serviços permanentes de mala-direta.

Procurou-se neste primeiro esforço integrado envolver, de forma mais abrangente possível, os aspectos carentes de suporte adequado: desenvolver o gosto pela leitura que é a única maneira de ampliar o mercado; criar pontos de venda e de acesso à leitura, ou seja, aumentar as bibliotecas e incentivar a instalação de livrarias, através de financiamento especial para aquisição dos respectivos pontos.

Diário Popular de 13-5-77, p. 13.



CENTRO REGIONAL PARA O FOMENTO
DO LIVRO NA AMÉRICA LATINA – CER-LAL

Em reunião do Conselho da CER-LAL, realizada em 1975, o Centro foi incumbido de estudar a possibilidade de convocar uma Reunião Intergovernamental para o estabelecimento de um Acordo do Mercado Comum do Livro. Anteriormente, em reuniões setoriais, da ALALC, das quais participou o Centro, foram feitos estudos minuciosos de disposições já existentes entre os países membros da UNESCO.

Tendo como base o estudo e complementado seu texto com as recomendações do Acordo de Florença, foi elaborado um Anteprojeto de convênio que foi apresentado às Câmaras do Livro para exame e opinião da viabilidade de um Convênio desse tipo. Enquanto isto é feito, o Governo da Colômbia, por meio de seu Ministério das Relações Exteriores, também está estudando o referido texto e, oportunamente, iniciará gestões para obter a opinião oficial dos Governos Latino-americanos, no sentido de se conseguir um texto definitivo do Acordo.

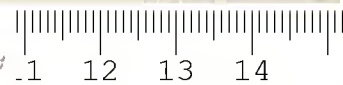
Com o ânimo de dar a conhecer as idéias fundamentais do referido documento, transcrevemos a seguir o anteprojeto.

ANTEPROJETO PARA UM ACORDO DE LIVRE CIRCULAÇÃO DE
LIVROS E MATERIAL IMPRESSO ENTRE OS PAÍSES IBERO-AMERICANOS

1. Os governos das partes contratantes se comprometem a colaborar e assinar disposições que visem à criação de um mercado de livros, fascículos e revistas, compreendidos no capítulo 49 da Nomenclatura Arancelaria de Bruxelas (NAB), eliminando todos os direitos alfandegários e outros gravames em relação à importação e se comprometem a adotar a legislação interna às demais disposições que figuram no presente acordo.



2. As partes contratantes se comprometem a:
- a) eliminar os depósitos prévios, permissões prévias e qualquer outro tratamento análogo;
 - b) eliminar os prazos fixos para o cancelamento das remessas correspondentes;
 - c) adotar critérios uniformes para o tratamento de estadias e outros direitos similares;
 - d) eliminar os direitos de estatísticas e outros similares;
 - e) eliminar os direitos, taxas e vistos consulares nos países que ainda os adotam;
 - f) eliminar taxas, impostos, direitos, ou tributos internos que onerem os produtos importados do setor, sobretudo quando devem pagar no momento de entrada ou de nacionalização dos referidos materiais;
 - g) a incorporação dos produtos do setor nas listas nacionais de importação dos países que ainda não os tenham incluído;
 - h) derrogação de qualquer disposição discriminatória entre grupos de livros, quando esta discriminação temática obedeça ao desejo de limitar a circulação de obras, compreendidas em alguns dos itens da Nomenclatura Arancelaria;
 - i) liberação das limitações relativas ao transporte que exijam o embarque em navios de uma determinada bandeira nacional, para as quais serão consideradas uma só, todas as bandeiras do setor;
 - j) adoção de legislação uniforme sobre direitos de propriedade intelectual; e
 - k) cumprimento sem restrições das Notas Explicativas da Nomenclatura Arancelaria de Bruxelas, no capítulo 49.02, parágrafo 9, referentes a suplementos ou complementos de publicações periódicas.
3. Os governos das partes contratantes se comprometem a não impor limites de divisas à importação de livros, fascículos, ou revistas provenientes das demais partes contratantes.
4. Os governos das partes contratantes aplicarão as taxas cambiais mais favoráveis aos livros, fascículos e revistas, provenientes das partes que tenham subscrito o presente acordo.



5. As partes contratantes garantirão a liberdade de circulação do material impresso, procedente dos países participantes do acordo. Em qualquer oportunidade que seja posta em dúvida a circulação por parte das autoridades de um país, deverão ser aplicados os seguintes princípios:
- a) garantia do direito de defesa em processo contraditório, concedendo-se os recursos judiciais, previstos para a defesa, ou garantia dos direitos constitucionais, amplamente protegidos;
 - b) não destruição, nem sequestro dos produtos sujeitos a processos;
 - c) admissibilidade da reexpedição ao país de origem dos produtos questionados;
 - d) celeridade na tramitação e resolução das causas;
 - e) ausência de onerosidade superveniente, como consequência de sequestro dos produtos sujeitos a processos, quando a decisão judicial seja favorável ao importador.
6. Os governos das partes contratantes estabelecerão para a importação e exportação de catálogos bibliográficos e atlas os mesmos tratamentos tarifários e postais que os vigentes para livros e autorização a recepção dos referidos produtos e envios unificados.
7. Os governos das partes contratantes outorgarão a diapositivos, filmes e gravações em forma de disco ou fitas que formem parte de uma edição bibliográfica como acessórios da mesma, o mesmo tratamento aduaneiro aplicável ao livro.
8. As partes contratantes arbitrarão os meios necessários para simplificar os trâmites da importação e exportação de livros, fascículos e revistas provenientes dos países participantes do presente acordo. Para tal fim, comprometem-se a adotar as seguintes medidas:
- a) a intervenção do despachante aduaneiro e/ou corretor de câmbio será optativa, conforme as necessidades do importador ou do exportador;
 - b) as associações profissionais específicas do setor serão autorizadas e reconhecidas para certificar os dados relativos ao valor e origem das mercadorias especificadas nas faturas comerciais, sem requisito de intervenção consular;
 - c) estes produtos gozarão do tratamento de despacho obrigatório e serão comparados nesse caso às mercadorias perecíveis;
 - d) os países que ainda a exigem, eliminarão a apresentação de faturas consulares, para a realização dessas transações.



9. Os governos das partes contratantes adotarão um formulário único para a importação e exportação das referidas mercadorias.
10. Os governos das partes contratantes adotarão ação conjunta para estabelecer tarifas preferenciais de transporte aéreo entre os países que subscreveram o presente acordo para livros, fascículos e revistas. As tarifas deverão levar em conta os seguintes princípios:
 - a) a tarifa aplicável entre dois aeroportos deverá ser a mesma, qualquer que seja o sentido em que se realize o intercâmbio;
 - b) a tarifa mínima deverá ser estabelecida sobre uma base de 45 quilos.
11. Os governos das partes contratantes outorgarão ao livro e material impresso uma redução mínima de 50% nas tarifas postais vigentes e outras taxas ou direitos adicionais.
12. Quando os produtos resultem de um processo de complementação ou revisitam o caráter de co-edição, ou co-produção, as partes contratantes considerarão o produto final como originário de cada um dos países participantes do processo, para todos seus efeitos.
13. Nos casos de devolução ou reexportação de livros, fascículos e revistas importados que não hajam sido absorvidos pelo mercado interno, as partes contratantes estabelecerão um regime preferencial que permita a livre comercialização de tais produtos, conforme os acordos entre exportadores e importadores. Esse regime compreenderá os seguintes aspectos:
 - a) aplicação de igual tarifa postal adotada para as publicações nacionais;
 - b) lançamento em crédito das quantidades devolvidas aos grupos de importação, quando eles estiverem vigentes;
 - c) abatimento dos portes postais, em igual quantidade ao valor da mercadoria devolvida ou reexportada.
14. Quando os governos das partes contratantes participarem isoladamente em tratados regionais ou sub-regionais, como o Acordo de Cartagena, Mercado Comum da América Central ou ALALC, outorgarão aos integrantes do presente acordo o mesmo tratamento tarifário, alfandegário, administrativo, fiscal, cambial e postal outorgado aos países da sub-região.

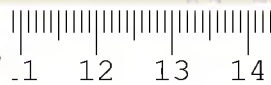


15. As partes contratantes se comprometem a outorgar, também, livre circulação aos objetos destinados à educação e promoção social aos deficientes da visão, tais como os seguintes:
- a) livros sonoros e impressos em caracteres de grande tamanho;
 - b) aparelhos para leitura de textos normais para os cegos e pessoas de visão parcial como, por exemplo, máquinas eletrônicas de leitura, ampliadores de televisão e auxiliares óticos;
 - c) equipamento para a produção de material gravado e em Braille como, por exemplo, máquinas de estereotipia, máquinas eletrônicas de impressão e transcrição em Braille;
 - d) materiais semiterminados para a produção de livros sonoros e em Braille como, por exemplo, fitas magnéticas, cassetes e papel Braille;
 - e) materiais técnicos para a formação escolar e profissional e para o uso de cegos, por exemplo, relógios em Braille, máquinas de escrever em Braille, materiais didáticos, jogos e aparelhos adaptados especialmente para uso dos cegos.
16. Nenhuma disposição do presente acordo poderá afetar o direito que têm os Estados contratantes de tomar, de acordo com as leis nacionais, medidas que proibam a importação ou circulação de certos objetos, quando essas medidas estejam fundamentadas em motivos diretamente relacionados com a segurança nacional ou a ordem pública do Estado contratante.
17. O presente acordo não afeta nem modifica as leis e regulamentos de um Estado contratante, nem os tratados, convênios, acordos, ou declarações que um Estado contratante haja subscrito sobre a proteção do direito de autor. Nos casos de pagamento de regalias por direitos de autor estrangeiro, ou radicado fora do país, as partes contratantes se comprometem a isentar dos impostos internos e facilitar a movimentação das divisas correspondentes.
18. As partes contratantes se comprometem a recorrer ao procedimento de negociação ou de conciliação e arbitragem para resolver qualquer diferença relativa à interpretação ou à aplicação do presente acordo.



19. O presente acordo será submetido à ratificação ou à aceitação dos Estados signatários, de conformidade com suas respectivas Constituições. Os instrumentos de ratificação serão depositados no país sede do acordo.
20. O presente acordo entrará em vigor a partir do dia em que o país sede haja recebido os instrumentos de ratificação, de aceitação ou de adesão de cinco Estados. Para qualquer outro Estado, entrará em vigor na data em que deposite seu instrumento de ratificação.
21. As partes contratantes do presente acordo, no dia em que este entre em vigor, adotarão, cada uma dentro de sua competência, todas as medidas necessárias para dar-lhe aplicação prática dentro do prazo de seis meses. Este prazo será de três meses para os Estados que hajam feito depósito depois da data de entrada em vigor do tratado. Dentro do mês, depois que terminem os prazos previstos anteriormente, as partes contratantes do presente acordo submeterão ao país sede um relatório sobre as medidas que hajam tomado para pôr em prática suas disposições. Em contrapartida o país sede fará circular o referido relatório entre as partes contratantes.
22. Dois anos após entrado em vigor o presente acordo, qualquer Estado contratante poderá denunciar este acordo, mediante um instrumento escrito, depositado no país sede. A denúncia do acordo terá efeito um ano depois da recepção do mencionado documento.

Notícias del CER-LAL, Bogotá, n. 10, 1976
Traduzido por Laura Garcia Moreno Russo, CRB-8/1.



ESTUDOS EM CURSO SEGUNDO O PROGRAMA GERAL DE INFORMAÇÃO

Desde o estabelecimento do Programa Geral de Informação estão sendo desenvolvidos os seguintes estudos, por contrato da UNESCO com organismos não governamentais:

1. Diretrizes para o planejamento e organização de bibliotecas escolares (contrato com a FIAB)

Encontra-se em preparação um conjunto de diretrizes para o planejamento e a organização de bibliotecas escolares, particularmente em países em desenvolvimento. O estudo incluirá projetos de normas referentes a coleções para escolas primárias, secundárias, técnicas e profissionais; documentos impressos; documentos diferentes dos livros; superfície e sua distribuição; localização da biblioteca, mobiliário, comodidades e equipamentos, pessoal, administração, etc.

As mencionadas diretrizes serão distribuídas amplamente e discutidas durante uma reunião subsequente em 1978, para alcançar um acordo internacional sobre sua aplicação e o planejamento e organização de bibliotecas escolares em países em desenvolvimento.

2. Estudo comparativo de sistemas nacionais de empréstimo (contrato com a FIAB)

Este estudo dará margem a uma análise comparativa dos principais sistemas de empréstimo que existem a nível nacional. Com base nos resultados desta análise serão desenvolvidos um ou vários modelos de sistemas de empréstimo recíproco para melhorar a disponibilidade universal de publicações, destinadas particularmente aos países em desenvolvimento.

3. Estudo sobre a transferência de documentos, desde arquivos em território de certos países ao país de origem (contrato com o Conselho Internacional de Arquivos)

Será levado a efeito um estudo detalhado com base em trabalhos previamente desenvolvidos sobre este tema, tendo como escopo propor ao Diretor Geral da Unesco ações apropriadas para melhorar a transferência de documentos de arquivo de um país a outro.



4. Modelo para o estabelecimento de centros regionais para restauração e reprografia em áreas de desenvolvimento (contrato com o Conselho Internacional de Arquivos)

O mencionado modelo será desenvolvido considerando a experiência adquirida até o momento com os centros existentes e sua função na capacitação de especialistas em reprografia e restauração pertencentes a áreas em desenvolvimento. O estudo compreenderá organogramas baseados no volume de chegada de documentos para serem restaurados, como também no volume de saída de documentos restaurados e/ou reproduzidos. Especificará necessidades de espaço, descreverá o equipamento necessário e seus materiais, os recursos humanos especializados para o funcionamento de um centro desta natureza e os programas e pessoal requeridos para atividades de formação. A finalidade do estudo é facilitar a criação e desenvolvimento desses centros.

5. Guia para os arquivos do sistema de Organismos das Nações Unidas (contrato com o Conselho Internacional de Arquivos)

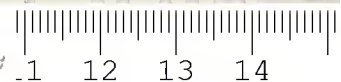
A finalidade desse guia, baseado em estudos e consultas prévias, é fornecer um panorama geral dos documentos de arquivo existentes no sistema de organizações das Nações Unidas. Servirá não só aos historiadores e outros investigadores interessados em relações internacionais, mas também a numerosas organizações internacionais. Cada instituição será objeto de uma entrada principal que incluirá, entre outros dados, o nome da instituição; os idiomas de trabalho; a denominação das unidades administrativas que possuem em custódia documentos de arquivo; o enunciado do procedimento e política que regem o acesso aos documentos de arquivo, por parte de pessoas estranhas à instituição; obrigações referentes a propriedade literária e ao direito de reprodução; facilidades materiais para o acesso aos documentos, a sua reprodução, etc.

6. Modelo estatístico para sistemas de arquivo (contrato com o Conselho Internacional de Arquivos)

Este estudo proporá a criação de um modelo estatístico a ser utilizado em sistemas de arquivos, a fim de obter um acordo em matéria de metodologia estatística para a utilização de arquivos, que deverá ser compatível com a metodologia para estatísticas de bibliotecas.

7. Manual de normas internacionais que regem a transferência de informação (contrato com a International Standardization Organization — ISO)

Este manual, que será preparado e publicado pela ISO, constituirá um serviço retrospectivo do manual do UNISIST sobre procedimentos no tratamento da informação e deverá conter os textos desse tipo de normas da ISO e referências a projetos de normas internacionais e projetos de propostas correspondentes a processo de informação. Será distribuído às organizações e pessoas interessadas. Desenvolver-se-á um mecanismo para permitir que os receptores mantenham e atualizem o manual.



8. Além dos contratos para informes ou estudos mencionados, foi estabelecido um contrato entre CIUC/CODATA para a concepção de um programa, de material de ensino e de procedimentos adequados para um curso breve de capacitação, de uma a duas semanas, sobre técnicas utilizadas para obter uma adequada difusão de dados científicos. Deverá participar de um curso desse tipo um grupo de 20 a 30 especialistas ativos na publicação e difusão de dados, do qual uma quantidade razoável será de países em desenvolvimento. Provavelmente será anunciado um primeiro curso deste caráter em 1978.

9. De acordo com as cláusulas de outro contrato estabelecido com CIUC/CODATA, foi solicitada a criação no biênio 77/78, em estreita cooperação com a UNESCO, uma forma de intercâmbio para a comunicação internacional de dados numéricos. Para este fim, a entidade responsável deverá:

- a) estudar e analisar as práticas atuais no registro de dados numéricos, para sua distribuição em linguagem de máquina;
- b) elaborar um ou mais projetos de formas de intercâmbio internacional;
- c) encomendar a especialistas adequados a aplicação de uma prova experimental da eficácia das formas mencionadas;
- d) convocar uma reunião de trabalho para determinar a efetivação da forma proposta e formular recomendações destinadas a fixar as bases de consultas preliminares com a ISO para a adoção de uma norma internacional que se ocupe do intercâmbio de dados.

10. Com referência ao contrato celebrado entre CIUC/CODATA para a criação de um centro mundial de referência em matéria de dados, foi auspiciado inicialmente pela Unesco desde a fundação do Unisist. É estabelecido atualmente pela Comissão sobre Dados para Ciência e Tecnologia — CODATA, do Conselho Internacional de Uniões Científicas — CIUC, com o fim de orientar os usuários de dados sobre a disponibilidade e fontes dos dados que necessitam. O objetivo é criar um centro de alcance mundial para atividades de orientação e melhorar a capacidade de resposta a perguntas científicas e técnicas, especialmente aquelas que abrangem dados.

Boletín de Información del UNISIST, v. 5, n. 2, 1977.

Tradução de Vera Lúcia Biasoli, CRB-8/1409



O CENTRO NACIONAL POMPIDOU DE CULTURA E DE ARTE, DE PARIS

por Natália Nunes

Penso ser do maior interesse divulgar entre todos quantos trabalham no campo da Informação e Documentação, da Pedagogia, da Ciência e da Técnica, da Cultura e da Arte, a existência e as atividades do Centro Nacional de Cultura e de Arte de Paris, realização do Ministério dos Assuntos Culturais e do Ministério da Educação Nacional da França.

Trata-se de qualquer coisa de vasto, tanto no que se refere às dimensões do edifício, como pela amplitude, diversidade e possibilidade de difusão das numerosas atividades pedagógico-culturais programadas.

Visitei esse Centro em fevereiro de 1975 — era então provisoriamente designado por Centro Beaubourg — numa altura em que a sua construção ia já adiantada, pois o seu acabamento estava precisamente marcado para os fins desse ano. (*)

Dos prospectos que então me foram fornecidos, recolho em tradução os elementos descritivos desse notável empreendimento da nação francesa:

A criação, no Planalto Beaubourg, no ponto das Halles e do Marais, de um centro cultural dedicado à leitura pública e às grandes formas de criação contemporânea, foi decidida pelos Poderes Públicos no mês de dezembro de 1969, e o seu acabamento previsto para o fim do ano de 1975.

O Centro Beaubourg está destinado a tornar-se um lugar de encontro, de informação e de criação, lugar constante de animação e de vida.

Para a sua realização lançou-se um concurso internacional de arquitetura.

No mês de julho de 1971, um júri internacional, sob a presidência do Sr. Jean Prouvé, examinou 681 projetos vindos de todo o mundo.

O projeto escolhido pela sua audácia arquitetural e tecnologia foi concebido por dois arquitetos italianos, Renzo Piano e Giancarlo Piretti, e por um arquiteto inglês, Richard Rogers.

(*) *Só agora, neste princípio de 1977 teve lugar a sua inauguração.*



O edifício ocupa metade do Planalto Beaubourg. As estruturas visíveis, de aço, as paredes de vidro, os terraços, os elevadores e as escadas rolantes dispostas no exterior da fachada, dão-lhe uma impressão de força, de leveza e de esplendor.

O edifício foi construído de tal modo que pode transformar-se em função das necessidades. Estão previstas vigas de 48 metros de comprimento, com lajes de 48 x 166 metros, sem um único apoio, com o que se conseguem uma grande flexibilidade e disponibilidade nos espaços interiores.

As dimensões deste edifício, de grande envergadura, são as seguintes: 42 metros de altura, 166 metros de comprimento, 60 metros de fundo.

Na sua frente espraia-se uma vasta praça, que ficará a um nível levemente inferior, relativamente às ruas vizinhas, em três metros e meio. Servirá notadamente, para manifestações ao ar livre.

A realização deste Centro Cultural foi confiada à Função Pública do Centro Beaubourg que, de acordo com os futuros responsáveis do Centro, assegura a efetivação do programa, a orientação dos estudos e a concepção dos equipamentos especializados (informática, meios audiovisuais, etc.).

Entremos agora na descrição das atividades do Centro, conforme a sua distribuição pelos níveis do edifício, e do espaço e o da praça.

NÍVEL DO ESPAÇO — 105.750 metros quadrados

1. Biblioteca Pública de Informação — 16.000 metros quadrados.

Esta Biblioteca, de acesso totalmente livre e reservada à consulta e leitura de presença, estará aberta das 10 horas da manhã às 10 horas da noite.

O critério de seleção do seu acervo será o da maior atualidade e abrangerá todos os campos do conhecimento. Apresentará textos sob as formas materiais mais variadas e documentos iconográficos.

As suas obras, frequentemente apresentadas em livre acesso, ao leitor, manter-se-ão regularmente em dia.

A informação será assim colocada ao serviço dos leitores, a fim de facilitar as suas pesquisas, segundo técnicas de momento, novas e únicas na França.

A Biblioteca disporá de salas de exposição e de reunião, adaptadas de tal modo que lhe dêem o aspecto de uma espécie de universidade livre.



2. Galeria Permanente de Criação Industrial — Centro de Criação Industrial com 2.310 metros quadrados.

O Centro de Criação Industrial informa sobretudo quanto, desde os objetos até ao urbanismo, participa na criação do nosso ambiente.

Lugar de encontro para o grande público, para os industriais, os criadores e os responsáveis das coletividades públicas, organiza em sua intenção os serviços ou manifestações seguintes:

- a) Uma Galeria Permanente, que compreende um fichário dos produtos e uma seleção dos melhores entre eles.
- b) Um Serviço de Documentação Especializada, que comporta uma diateca-filмотeca do ambiente e das diferentes edições.
- c) Exposições temporárias, ilustrativas da criação industrial sob todos os seus aspectos: urbanismo, arquitetura, “design” de produtos, grafismo . . .
- d) Uma Galeria Retrospectiva da criação industrial, consagrada à produção desde a revolução industrial.
- e) Finalmente, pelo seu Serviço de Análise do valor dos produtos existentes e de programação de produtos não existentes, o C.C.I. informará os industriais das necessidades reais dos utilizadores e da natureza das necessidades ou serviços novos.

3. Exposições Temporárias — 6.650 metros quadrados — Uma grande parte do quinto andar será reservada a exposições temporárias do Centro (artes gráficas, pinturas, esculturas, criação industrial, fotografia, livros).

4. Acesso e Recepção — 3.900 metros quadrados — Uma plataforma de informação oferecerá aos visitantes o programa das atividades do Centro, assim como certo número de serviços públicos (Banco, Correio, etc.).

5. Quadros e Projeções Visuais — Animarão a fachada, criando um elo entre as atividades da Praça e as do Centro

6. Cinemateca — Apresentará as obras mais importantes do cinema, desde as origens aos nossos dias.



7. Artes Plásticas:

- a) Documentação sobre a arte moderna e contemporânea, com 1.655 metros quadrados. Um serviço de documentação sobre a arte moderna e contemporânea nacional e internacional, do século XX, é também criado no Centro, o qual porá à disposição dos pesquisadores um grande acervo de livros, de catálogos, de jornais, de manuscritos, de cartazes, de documentos audiovisuais, reunidos ou concebidos pelo Centro. A classificação automatizada destes documentos facilitará o seu estudo e difusão.

- b) Galeria experimental de arte contemporânea — Centro Nacional de Arte Contemporânea, com 2.930 metros quadrados. O Centro Nacional de Arte Contemporânea destina-se a dar a conhecer ao público, sob os seus diferentes aspectos, a criação artística nacional e internacional no domínio das artes plásticas, apresentando nomeadamente obras de artistas pouco conhecidos, criações experimentais individuais ou coletivas. Organizará ainda exposições itinerantes na França e no estrangeiro.

- c) Museu de Arte Contemporânea, com 13.450 metros quadrados. Ocupará a totalidade do quarto andar do edifício, em relação direta com as salas do último andar, onde se efetuarão as exposições temporárias, e, em parte, com o segundo e o terceiro andares. As salas abrir-se-ão para espaços exteriores em terraço, onde serão expostas as esculturas. Um circuito permitirá mostrar ciclicamente as obras — pinturas, esculturas, desenhos, documentos, objetos — atualmente nas salas ou nas reservas do Museu Nacional de Arte Moderna. Em redor de prestigiosos conjuntos, das coleções nacionais — por exemplo, 46 telas de Picasso, 28 de Matisse, 26 de Delaunais, 51 esculturas de Brancusi, 18 pinturas e aquarelas de Klee, etc. — utilizar-se-ão ao máximo todos os recursos técnicos modernos que o edifício permite, para apresentar de uma maneira mais ampla, viva e renovada tanto quanto possível, um panorama da evolução e das diversas tendências, desde a “abstração do começo do século XX até aos exemplos mais significativos da arte atual”.



NÍVEL DA PRAÇA E DO SUBSOLO

1. Reservas-Depósito, com 8.651 metros quadrados. No subsolo, servidas por vários monta-cargas e por elevador, serão concentradas as reservas e os armazenamentos do Centro.
2. Parque de Estacionamento, com 19.467 metros quadrados.
3. Sala de Atualidades, com 1.300 metros quadrados. Numa sala de atualidades, dependente da Biblioteca Pública de Informação, o visitante consultará livremente uma seleção de livros, de periódicos, jornais e documentos, dentre os mais variados e recentes de todo o mundo, escutará as últimas gravações e participará em atividades audiovisuais. Uma parte desta sala será especialmente dedicada a uma seção infantil.
4. Laboratórios-Imprensa, com 1.309 metros quadrados. Neste espaço o Centro produzirá certas edições relativas às suas atividades. Vários laboratórios permitirão preparar as realizações audiovisuais concebidas pelo Centro.
5. Informática, com 869 metros quadrados. Um Centro de Informática assegurará a gestão do Centro Beaubourg e a programação das suas atividades.
6. Espaço polivalente. Um anfiteatro permitirá apresentar espetáculos experimentais dos gêneros mais diversos – teatro, música, coreografia, variedades, etc.
7. Estúdio de Televisão.
8. Recepção às crianças, com 674 metros quadrados.
9. Manifestações e Encontros, com 4.095 metros quadrados. O Centro incluirá salas para reuniões e conferências, colocadas à disposição das diferentes seções, e onde poderão ser organizados seminários e discussões sobre os temas mais variados.



10. Instituto de Pesquisa e de Coordenação Acústica/Música, com 5.423 metros quadrados.

O IPCAM associará músicos e cientistas numa pesquisa interdisciplinar duplamente nova. Em domínios de investigação, habitualmente separados, pela primeira vez — ordenadores, eletro-acústica, pesquisa sobre os instrumentos e a voz estarão reunidos sob o mesmo teto com uma total abertura de espírito. Pela primeira vez também os teóricos e os práticos, compositores, instrumentistas, técnicos da acústica e cientistas, pertencentes a várias disciplinas, colaborarão numa investigação ao mesmo tempo teórica e prática. Investigação que deverá conduzir a um melhor conhecimento dos fenômenos musicais e orientar a criação musical para vias ainda inexploradas.

Aqui temos, como se acaba de ver, uma realização portentosa, materialmente apoiada em instalações de dimensões faraônicas, e que exige espírito de inventiva e inovação, de organização e coordenação, capacidades tecnológicas, investimentos financeiros, e cuja finalidade será a de aliar o útil ao agradável: hoje, mais do que nunca, a informação serve indissociadamente um tipo de comunicação simultaneamente pragmático e cultural, pois cada vez mais o campo da pesquisa, tanto nas Ciências como nas Artes, na Tecnologia como na Indústria, se interpenetram e entram em osmose interdisciplinar.

O Centro Nacional Pompidou de Arte e de Cultura, por outro lado, surge-nos como uma cumulação expansiva e aprofundada das “Maisons de la Culture” difundidas em toda a França.

O público que acorrer a este colossal Centro Cultural, terá primeiramente de aprender a orientar-se neste cosmos documental, e de orientar-se para além de todos os itinerários, guias, esquemas e repertórios que para o fim lhe sejam fornecidos. No meio da exuberância informativa da atualidade, individualizados e definidos, para não correremos o risco de nos perdermos ou até de nos asfixiarmos.

Certamente, será preciso aprender a não perder a cabeça neste gigantesco “Luna Park” — o “Pompidólio” — como já lhe chamam, de tão numerosas, variadas e mutantes solicitações e distrações.

NUNES, Natália. O Centro Nacional Pompidou de Cultura e de Arte de Paris BAD Bol. inf. int., Lisboa, 1 (10): 287-291, mar. 1977.



NOTICIÁRIO NACIONAL

1. Associação Paulista de Bibliotecários – Grupo Biomédico, 1976/1978, Caixa Postal 7027 – S.P.
Coordenadora – Mercedes Della Fuente
Vice-Coordenadora – M. Lucinda K. Cunha
1.a Secretária – Elisabeth C. Campos
2.a Secretária – Maria Cecília Fleury Silveira
Tesoureira – Astrid Brevel Wiesel
Conselheiros – Dînah Aguiar Población e Lylian Vasconcelos

2. 1.o Encontro Londrinense de Biblioteconomia e Documentação. Londrina, Paraná, de 28 a 30 de maio de 1977, promovido pelo Diretório Estudantil e Departamento de Biblioteconomia, da Universidade Estadual de Londrina.

TEMAS:

- Mercado de Trabalho no Paraná, pela Professora Maria Iphigenia Ramos May.
 - Documentação Agrícola e o Projeto AGRIS pela bibliotecária Margarida M. Magalhães Figueira.
 - Padronização Internacional da Descrição Bibliográfica, ISBD, pela Professora Sonia Maria Trombelli de Hanai.
 - Bibliotecas Universitárias e seu papel na comunidade, pelo Professor Edson Nery da Fonseca.
3. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia – Biblioteca desfalcada por seus próprios associados. Pouco assistido pelo Governo, entregue a seis funcionários que, sozinhos, têm que dar conta de todos os serviços, o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia está enfrentando agora o desfalque que seus próprios associados dão na biblioteca, ao não devolverem cerca de 50 livros – muitos dos quais bastante raros – que tomaram emprestado.



Preocupado com isso, o administrador José Sena fez um apelo a esses associados para que devolvessem o material ao Instituto: Já mandamos ofícios para suas residências, alguns funcionários foram até eles pessoalmente, mas, até agora, o máximo que conseguimos foi a promessa, não cumprida, de que devolveriam imediatamente os livros.

Por causa da atitude dessas pessoas, a direção do Instituto suspendeu o empréstimo de livros que, de certa forma, resultou em problema, por causa da pouca segurança que existe no estabelecimento. Um único funcionário guarda a biblioteca, onde se encontram preciosidades como um volume dos Lusíadas, de Camões, editado em 1880. Os três volumes de Debret sobre Voyage au Brésil, já com as capas todas rotas, só não foram restauradas por falta de alguém que queira assumir a responsabilidade.

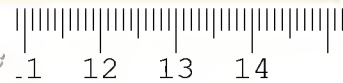
Tampouco existe uma pessoa encarregada de entrosar os visitantes com o material histórico. O administrador é quem se faz de cicerone, transmitindo a estudantes, turistas e demais interessados, os conhecimentos que adquiriu ao longo dos 48 anos no Instituto.

— Já conhecemos épocas bem melhores que esta, quando éramos em dezesseis funcionários para cuidar desse prédio, visitado por umas cem pessoas todos os dias — diz Sena enquanto caminha pelo museu, entre bacias de banho utilizadas pelos recém-nascidos na família imperial brasileira, coroa de ouro doada pelo Visconde de Mont Serrat, leques de filigrana de ouro, medalhas de combatentes nas guerras do Paraguai e da Independência do Brasil e muitos móveis antigos.

— No momento, estamos reclassificando todo o acervo do museu e isto já é uma grande coisa, mas, se tivéssemos mais dinheiro, ia dar para ampliar a biblioteca, restaurar toda a pinacoteca, deixar a casa em ordem. E, quem sabe, eu talvez pudesse até parar de trabalhar.

Para executar o cadastramento do museu, o Instituto contratou a diretora do Museu Carlos Costa Pinto, Mercedes Rosa, que está fazendo o levantamento das coleções de medalhas, telas, bandeiras, condecorações, litografias e móveis, a maioria dos séculos XVIII e XIX. A conservação até que está regular, observou Mercedes, considerando as condições do prédio e da assistência que o Instituto recebe, mas grande parte do acervo já está sofrendo a ação do tempo.

Toda a manutenção do Instituto, que abriga um museu, uma biblioteca, uma completa coleção de jornais de Salvador, a partir de 1844 e uma pinacoteca com cerca de 300 telas, é feita com a verba aproximada de 25 mil cruzeiros, proveniente da contribuição semestral de Cr\$ 60,00 feita por seus 500 associados e do aluguel de três imóveis adquiridos pelo Instituto durante o Governo de J. J. Seabra.



4. **Primeira Feira do Livro de Santo André.**
Dia 14 de março foi aberta à população do Grande ABCD a primeira Feira de Livros, promovida pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, da Prefeitura de Santo André, tendo como objetivo incentivar o hábito da leitura. Livros didáticos, científicos, de literatura em geral e literatura infantil, até mesmo histórias em quadrinhos, foram expostos e vendidos à população, com 10% de desconto.

5. **Associação Paulista de Bibliotecários.**
Através de Circulares, encaminhadas aos sócios, a APB está procedendo a vários levantamentos:
 - situação salarial do bibliotecário no Estado de São Paulo;
 - interesse e sugestões dos sócios em cursos, sugerindo o assunto e o Professor;
 - interesse em receber a Carteira de Sócio.

6. O IBICT lançou o volume letra C da Lista Geral de Cabeçalhos de Assuntos, compilados pelas bibliotecárias Alice Príncipe Barbosa e Liette C. Mattos Rodrigues, recentemente falecidas.

7. **IBICT – Publicações.**
Classificação Decimal Universal – CDU, Edição Média em língua portuguesa (FID 541). Consta de 3 volumes – 1v. a tabela e 2v. índice processado por computador. Preço: Cr\$ 600,00. Os pedidos deverão ser dirigidos à Seção de Contabilidade do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Av. General Justo 171 - 3.o andar - 20.000 - Rio de Janeiro. Além dessa tabela, publica também as seguintes classes da CDU, edição desenvolvida em língua portuguesa (FID 342): Classes 1 - Filosofia; 2 - Religião. Teologia; 32 - Política; 37 - Educação; 8 - Filologia e Literatura. Todas essas tabelas são de grande utilidade nos centros de documentação e bibliotecas usuárias do sistema CDU.

8. **APBRJ – O Grupo de Bibliotecários Biomédicos, presidido por Elisabeth Schneider de Sá, acaba de publicar o volume Periódicos Biomédicos Correntes, 1972/1973. Mais uma importante contribuição dos Grupos que compõem as Comissões Brasileiras de Documentação da FEBAB, que reúnem bibliotecários especializados.**



9. Elsy Guimarães F. Pereira é a nova Diretora da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Seu campo de trabalho inclui a Biblioteca Estadual de Niteroi e a Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro. Parabenizando a Colega, consignamos aqui nossos votos de maior sucesso, no sentido de conseguir que as citadas bibliotecas venham a merecer maior atenção do Governo, pois elas padecem de tudo: boas instalações, equipamentos, quadro de pessoal e bons acervos. Pensar em rede de bibliotecas para o Estado, quando suas Bibliotecas Centrais apresentam tantas deficiências, nos parece um pouco prematuro. Enfim, o bibliotecário é um profissional extremamente idealista, o que em nada lhe diminui o valor, pois às vezes acontecem milagres.
10. A Associação dos Arquivistas Brasileiros distribuiu entre seus associados o anteprojeto de remodelação do Estatuto da entidade. A sede provisória da Associação é no Arquivo Nacional, à Praça da República, 26 - ZC - 14 - 20000 - Rio de Janeiro.
11. O Departamento de Biblioteconomia, da Universidade Federal de Pernambuco, realizou um Curso de Especialização em Sistemas de Bibliotecas, que teve a duração de 360 horas e foi desenvolvido no período de 3 de janeiro a 9 de março do corrente ano.
12. Em janeiro de 1977 a bibliotecária Léa Tania A. de Aquino assumiu a direção da Coordenadoria do Referencial do IBICT, antigo IBBD. A Coordenadoria abrange os seguintes órgãos, que estão localizados na Avenida General Justo, 171 - 20.000 - Rio de Janeiro.
- Serviço do Catálogo Coletivo Nacional — SCN
 - Seção de Tratamento da Informação - STI
 - Seção de Localização de Documentos - SLD
 - Serviço de Bibliografias Brasileiras Especializadas — SBE
 - Seção de Indexação - SIX
 - Seção de Análise - SAN
 - Serviço de Documentação — SDO
 - Seção de Coleta - SCL
 - Seção de Processos Técnicos - SPT
 - Seção de Referência - SRF



Serviço de Intercâmbio de Informações – SII
Seção de Fontes de Informação - SFI
Seção de Intercâmbio Internacional - SIT
Serviço de Núcleos de Documentação – SND

13. CRB-8 – Conselho Regional de Biblioteconomia de São Paulo publicou o v. 1, n. 1, jan./mar.; v. 1, n. 2, abr./jun./77 de seu excelente Boletim Informativo.

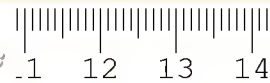
14. Literatura Infantil – Os principais problemas de natureza educacional e psicológica da literatura infanto-juvenil são estudados numa das disciplinas do Curso de pós-graduação em Psicologia da USP. A Análise Psicológica da Literatura Infanto-Juvenil é ministrada pelo Dr. Nelson Rosamilha, que está também coordenando a série literatura infanto-juvenil a ser lançada pela Editora Pioneira.

15. Mais um que partiu para viver na casa do Senhor.
Faleceu JORGE PEIXOTO, Bibliotecário português, bondoso e amigo de todos. O Professor JORGE ADALBERTO FERREIRA PEIXOTO chegou ao Brasil em julho de 1975, para participar do 8.o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Brasília. Era uma autoridade no campo da biblioteconomia, por isso a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo não perdeu a oportunidade de contratá-lo como Professor-visitante, para lecionar no Departamento de Biblioteconomia e Documentação as seguintes disciplinas: Organização e Administração de Bibliotecas; Catalogação; Referência; Programa de Quantificação em Biblioteconomia e Documentação; História de acervos bibliográficos luso-brasileiros. Jorge Peixoto foi bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, onde também lecionou biblioteconomia.

16. O Boletim do CRB-7, do Rio de Janeiro, publicou em seu número de janeiro/fevereiro do corrente ano, que o Instituto Estadual do Livro e a Divisão de Bibliotecas, órgãos da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, estão procedendo ao censo das Bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro. Excelente notícia. Ficamos aguardando essa publicação com grande interesse.



17. Foi ministrado um curso de extensão universitária, pela Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Biblioteconomia, sobre Seleção de Livros, de 12 a 15 de abril, pelo Professor David Spiller.
18. No dia 7 de fevereiro último teve lugar a eleição de nova Diretoria da Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, que está assim constituída:
- Presidente — Rosa Maria de Sousa Lanna
 - Vice-Presidente — Célia M. de Oliveira Fulgêncio
 - 1.a Secretária — Maria Regina F. Mota
 - 2.a Secretária — Laudelina Maria G.B. Heller
 - 1.a Tesourceira — Laila Rodrigues
 - 2.a Tesoureira — Maria Aparecida Borja Pereira
- Conselho Fiscal — Maria Cesarina Vitor de Sousa
— Maria do Carmo Santos Maggi
— Clara M. Gontijo de Morais
19. Código de Catalogação Anglo-Americano.
A Biblioteca Nacional do México traduziu para o espanhol o capítulo 6 (monografias publicadas independentemente). Os interessados deverão dirigir-se ao Departamento de Aquisições da Biblioteca Nacional do México - Apartado Postal 29 - 24 México - DF.
20. Pós-Graduação em Biblioteconomia na UnB.
A Universidade de Brasília, através do Departamento de Biblioteconomia, promoverá, a partir do próximo semestre, um curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia. Avaliação de Sistemas de Informação e Análise Temática da Informação são algumas das disciplinas que serão ministradas pelo próprio Departamento de Biblioteconomia. Estatística, Comunicação, Administração e outras disciplinas técnicas serão ministradas nas unidades departamentais correspondentes. Informações complementares na Universidade de Brasília - Campus Universitário - Asa Norte - 70.000 - Brasília - DF.



21. A ABNT lançará no 2.o semestre de 1977 uma Coletânea de Normas de Documentação, em dois volumes. O volume 1 conterá basicamente as seguintes normas revistas em 1977:

- NB - 61 - Apresentação de artigos de periódicos
- NB - 62 - Apresentação de publicações periódicas
- NB - 66 - Referências bibliográficas
- NB - 69 - Numeração progressiva das seções de um documento
- NB - 83 - Legenda bibliográfica
- NB - 85 - Sumário
- NB - 88 - Resumos
- NB - 217 - Apresentação de livros e folhetos
- NB - 311 - Apresentação de ofício ou carta A4
- NB - 500 - Correções datilográficas

Os textos normativos abaixo mencionados estão em fase de estudos e irão formar o 2.o volume da coletânea:

- NB - 60 - Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas
- NB - 73 - Revisão tipográfica
- P - NB - 102 - Transliteração de caracteres cirílicos
- P - NB - 106 - Ordem alfabética
- NB - 113 - Norma para datar
- NB - 124 - Índice de publicações
- P - NB - 296 - Indicativos de língua, de país, de autoridade, estados e territórios do Brasil
- P - TB - 43 - Terminologia de microcópias
- P - TB - 49 - Terminologia de documentos técnico-científicos

PRÓXIMAS NORMAS:

- Formato para intercâmbio de informação bibliográfica em fita magnética
- Apresentação de originais
- Apresentação de traduções
- Sumários analíticos de publicações periódicas.



22. Bibliografia Agrícola – VI TRIDA.

Durante uma semana do mês de março, bibliotecários dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Ceará estiveram participando do VI Treinamento em Informação e Documentação Agrícola, na Biblioteca Central do Estado da Bahia, em Salvador. O objetivo desses encontros é o treinamento de bibliotecários para trabalhar no Sistema Internacional sobre Ciência e Tecnologia (AGRIS) e Sistema Interamericano de Informação Agrícola – Metodologia Agris/Agrinter.

Os pesquisadores, professores, técnicos e responsáveis pelo planejamento agrícola, devido à participação do Brasil no sistema Agris/Agrinter, dispõem de uma bibliografia personalizada em Agricultura (sistema Bip/Agri) que permite uma informação contínua e seletiva, informou o agrônomo Paulo Lopo, responsável pelo serviço Bip/Agri em Brasília. O Brasil conta atualmente com 40 por cento da bibliografia mundial sobre a agricultura, mas a tendência é aumentar esse índice, uma vez que o Brasil vai colher registros nas bases de dados da França, Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido.

Em 1972, o Brasil estabeleceu em convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud, e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) o projeto Pnud/FAO/Bra/72/020, que foi implantado em 1975, através da Embrater, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. A incorporação do Brasil ao sistema internacional Agris implica no compromisso de assegurar o registro bibliográfico dos documentos correntes, convencionais ou não, de interesse para a agricultura, produzidos no Brasil e assegurar a entrada desses dados no sistema, numa forma legível pelo computador.

Até outubro de 1976, cerca de 25 mil documentos já tinham sido registrados. Uma das preocupações do Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola-Projeto (Pnud/FAO/Bra/72/020), desde o início de suas atividades, foi estabelecer um mecanismo eficiente de difusão dessa informação de âmbito nacional e internacional, facilitando aos usuários do sistema o acesso aos documentos originais que até então eram pouco conhecidos.



NOTICIÁRIO INTERNACIONAL

1. Bolsas de Estudos

Anualmente, a colega Carmen Rovira, especialista do Programa de Desenvolvimento de Bibliotecas da OEA, envia às Associações de Bibliotecários do país a circular que anuncia Cursos para bibliotecários. No ano corrente estão programados:

– Curso de Preparação Profissional de Bibliotecários Escolares. A data limite de inscrição é o dia 31 de maio e o Curso terá início em 1-8-77 na Escola Interamericana de Biblioteconomia, em Medellin, Colômbia;

– Curso de Pós-Graduação de Biblioteconomia e Ciência da Informação, para obtenção do título de “Master” nos Estados Unidos ou em Porto Rico.

OBSERVAÇÃO – Se você está interessado em postular uma bolsa de estudos, subvencionada pela OEA, procure a Secretaria Geral da OEA em Brasília, Caixa postal 13-2027, nos meses de janeiro e fevereiro de cada ano e peça informações.

2. **REDINSE** – Red de Información Socio-Económica, em Caracas, Venezuela, começou a funcionar em 3-5-77, tendo como objetivo fundamental satisfazer aos pedidos de informação no campo sócio-econômico, utilizando de maneira eficaz os recursos de informação existentes em cada Centro Bibliográfico da Rede. Suas atividades são dirigidas a investigadores, profissionais, técnicos e estudantes.

Tipos de consulta:

- a) pergunta - resposta: consultas rápidas
- b) investigação extensa: pesquisa exaustiva.

Os pedidos de informação devem ser enviados à Unidade Central de Informação – Biblioteca do CONICIT – Los Cortijos de Lourdes – Av. Principal, Caracas – Venezuela.



3. Críticas a projeto da Unesco.

Durante os debates travados no âmbito da III Assembléia Geral do Instituto de Imprensa Internacional, realizada em Oslo, Noruega, a Unesco foi alvo de violentas críticas por parte de algumas delegações presentes, por defender uma política que sanciona o controle estatal sobre os meios de comunicação social.

Contudo, os porta-vozes da Unesco na reunião, Gunnar Garbo e Gunnar Naesselund, defenderam a organização da ONU, afirmando que é injusto acusá-la de inimiga da liberdade de imprensa.

Disse Garbo que as passagens mais controvertidas das propostas da Unesco não foram apresentadas pelos países do chamado Terceiro Mundo, mas sim pela União Soviética, aproveitando o fato de os representantes das nações ocidentais não estarem mais presentes na reunião de Nairobi.

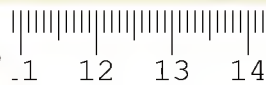
Naesselund, por sua vez, anunciou a realização de novas investigações pela Unesco sobre a prepotência ocidental na "produção" e "orientação" do caudal noticioso em todo o mundo, e afirmou: "Nossa hipótese é a de que crescem continuamente as necessidades dos países em desenvolvimento no terreno da informação educativa, científica e cultural.

Esse complexo informativo, acrescentou ele, tal como o deseja o Terceiro Mundo, se distingue totalmente das notícias pelas quais se interessa o mundo altamente industrializado, concebidas com critérios e gostos mais ou menos unitários. Naesselund propôs, na conferência de Oslo, a fórmula: "Livre fluxo de informações e um equilibrado intercâmbio de notícias e opiniões". Esta frase, comenta Hans Benirschke, da agência DPA, inclui matizes não empregados em fórmulas semelhantes anteriores.

Jornalistas, publicitários e editores de países ocidentais — e também muitos dos países do Terceiro Mundo — vêm com ceticismo o futuro e temem que uma nova "ordem informativa mundial" tenha como consequência a redução no intercâmbio de informações e mais propaganda e controle estatal.

Por outro lado, representantes da Unesco e dos meios de difusão ocidentais concordaram com a necessidade de não permitir que os países ou organizações comunistas fixem diretrizes para o futuro trabalho jornalístico no mundo. Consequentemente, as nações ocidentais devem assumir um papel mais ativo na ajuda aos países da África, Ásia e América Latina.

Comentando a questão, um dos membros da delegação da Nigéria disse em Oslo: "A melhor arma na luta pela liberdade de imprensa, também no Terceiro Mundo, é a formação de bons jornalistas".



Resolução

A resolução aprovada na conferência de Oslo pelo Instituto de Imprensa Internacional exorta "todos os membros da Unesco a defender as liberdades de pensamento e de imprensa"; pede aos governos que respicem os ítems do acordo de Helsinque, que garante o livre intercâmbio de informação; manifesta grande preocupação pelo que classificaram de crescente hostilidade e perseguição à imprensa, rádio e televisão especialmente na América Latina, Ásia e África.

O Estado de São Paulo, de 9-6-77.

4. "Master" em educação de adultos.

O Centro Regional de Educação de Adultos e Alfabetização Funcional para a América Latina — CREFAL, organizou um programa de capacitação em pós-graduado a nível de "Master" em educação de adultos. A idéia surgiu como resposta às necessidades e interesses, expressados pelos países latino-americanos, tendo como finalidade contribuir para o aperfeiçoamento de especialistas em Educação de Adultos, capazes de conduzir o planejamento, organização, coordenação, avaliação e acompanhamento de projetos educativos.

O curso se destina a universitários egressos de Institutos Educaacionais em nível superior.

Os candidatos deverão ter, no mínimo, dois anos de experiência profissional e serem apresentados por autoridades nacionais ou internacionais.

O programa foi estruturado em três níveis de duração:

- a) 1.o ciclo — 4 meses, com cursos teóricos-práticos na sede do CREFAL, Patzcuaro, Mich., México.
- b) 2.o ciclo — 1 ano. Estágio de investigação, no país de origem do candidato, sob a assistência técnica do CREFAL, complementada com cursos de um sistema de ensino à distância.
- c) 3.o ciclo — 2 meses de duração. Seminários e apresentação da tese, na sede do CREFAL.

Esse primeiro curso está sendo levado a efeito no período de 1.o de abril de 1977 a 30 de setembro de 1978.



5. A Unesco está preparando um glossário de termos de educação de adultos. A publicação será apresentada em três idiomas: inglês, francês e espanhol. O principal objetivo do glossário é alcançar certo consenso em relação aos conceitos usados na educação de adultos, de maneira a facilitar a comunicação e o trabalho científico, realizado nesse campo, na América Latina.
6. Várias investigações no campo da didática levaram à seguinte conclusão: a capacidade de aprendizagem do adulto declina depois de 20 ou 30 minutos de ensino. O estudante se cansa e perde o interesse na aula. Em consequência, preconiza a Unesco: ao organizar suas aulas, planeje seus programas de aprendizagem em etapas curtas; varie as técnicas de instrução; escolha material variado de trabalho, ou então, simplesmente permita um período de descanso.
7. CDU – Clasificación Decimal Universal.
Edición Abreviada en español. 3.a edición. Madrid, Instituto de Racionalización y Normalización, 1975, 324 p.
8. Garcia Carbonell, Roberto. Manual de lectura rápida y técnicas de propedéutica. 2.a edición. Madrid, Garcia Carbonell, 1974, 135 p. 200 pesetas.
9. Conselho Mundial para o Bem Estar dos Cegos – Circular 5-A/CCA/WCWB.

São Paulo, 23 de junho de 1977

Prezados Senhores

O próximo Congresso da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários será realizado em Setembro de 1977, em Bruxelas, Bélgica.

Na sessão do dia 6 de Setembro, dedicada a "Bibliotecas em Hospitais", Mr. Frank Kurt Cylke, Chefe da Divisão para Cegos e Deficientes Físicos da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, irá apresentar um trabalho sob o título Proposta para uma Coordenação Internacional de Serviços de Bibliotecas para Cegos e Deficientes Físicos. Esse trabalho é considerado de maior



importância para o desenvolvimento dos serviços de bibliotecas para deficientes, a nível nacional ou internacional. É de grande importância também o desenvolvimento de técnicas comuns e normativas desses serviços, sendo que a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários deve ser o organismo coordenador desses serviços.

De acordo com Mr. Cylke, os serviços de bibliotecas para deficientes possuem as mesmas bases filosóficas que os serviços para pessoas normais. Muitas das rotinas e técnicas utilizadas são idênticas; as que não são idênticas são muito semelhantes. Embora a produção de material bibliográfico para cegos e outros deficientes requeiram a utilização de recursos da engenharia mecânica, elétrica e eletrônica, o método selecionado deve estar subordinado às rotinas e à filosofia que norteiam as bibliotecas. Entretanto, as bibliotecas devem ser coordenadas por organizações de bibliotecários como a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e não por organizações dedicadas ao bem estar dos cegos, por exemplo.

Mr. Cylke sugere que a localização da organização coordenadora em determinado país é irrelevante. Ao mesmo tempo sugere que é imprescindível que a coordenação seja efetivada dentro dos melhores padrões de biblioteconomia e num centro informativo de cunho científico.

Como Presidente do Comitê sobre Assuntos Culturais do Conselho Mundial para o Bem Estar dos Cegos e Presidente da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, levando em consideração a importância dos comentários e sugestões acima expostos, vimos à presença de V.S. solicitar o seguinte: no caso de sua participação nesse Congresso da IFLA em Bruxelas, aprovar a proposta de Mr. Cylke.

Agradecendo antecipadamente a divulgação que V.S. der à nossa solicitação e esperando receber informações sobre o assunto, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Dorina de Gouvêa Nowill

Presidente do Comitê sobre Assuntos Culturais do Conselho Mundial para o Bem Estar dos Cegos

Presidente da Fundação para o Livro do Cego no Brasil

Rua Dr. Diogo de Faria, 558, S. Paulo — Brasil

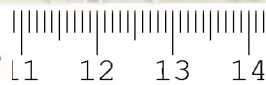


10. REUNIONES PROFESIONALES EN 1977

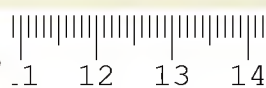
FECHA	LUGAR	TEMA	ORGANIZADOR
Abril 1-3	Cambridge, Inglaterra.	Annual Conference of the Aslib Electronics Group.	K:N Musk H.Q. Library Health and Safety Executive Baynards House Chepstow Place, Westbourne. Grove, London W2 4TF, England.
13-15	Aberystwyth, Gran Bretanha	Curso sobre PRECIS, Index.	B.W. Meneur College of Librarianship. Wales Llanbadarn Fawr, Aberystwyth Dyted SY23 3AS, Reino Unido.
17-21	Hamburgo, República Federal Alemana.	7th International Congress on Congress Organization "The future of Congress"	Union of International Associations. Irve aux Laines Bruselas, Bélgica.
19-21	La Haya	Reunión del Consejo de la FID.	
Mayo 1-6	Guadalajara, Jal.	VIII Jornadas de Biblioteconomía "La Problemática de las Bibliote- cas y sus soluciones".	AMBAC, Apartado Postal 27-132 México 7, D.F.
3-6	Luxemburgo, Luxemburgo.	Third European Congress on Infor- mation Systems and Networks. Overcoming the language barrier, or "Language in the Community".	L. Rolling, Information Management, XIII-B Commission of the European Communities, European Centre, Luxemburgo.



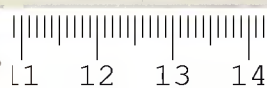
FECHA	LUGAR	TEMA	ORGANIZADOR
11-20	Dallas, Texas E.E.U.U.	National Micrographics Association 26 Annual Conference.	J. B. Bidwell, NMA 8728 Colesville Road Silver Spring, Maryland 20910 E.E.U.U.
16-18	Munich/Bavaria	International Symposium on Patent Information and Documentation.	DGD/APD International Symposium P.O.B. 710 D-8000 Munchen 1.
16-18	Ottawa, Canada.	Canadian Association for Information Science (CPIS) Fifth Annual Conference "From Sea to Sea: Perspective of Information Science".	CAIS Box 158, Terminal A. Ottawa, Ontario KIN 8V2, Canada.
16-19	Lo vaina, Bélgica.	7th International Association of Technological and University Libraries Conference (IATUL) "Developing Library Effectiveness for the Next Decade".	Mr. W. Dehennin Hoofdbibliothecans Katholieke Universiteit Mar la Devzeplein 21 Leuven, Belgium.
17-20	Dallas, Texas.	National Micrographics Association 26th Annual Conference.	NMA, 8728 Colesville Road Silver Spring, Maryland 20910 U.S.A.
31 -4/6	Duisburg, Alemania.	VI th Congress on Sports Informa- tion. Them: "Sports Information 1977 Tendencies, Results, Perspec- tives".	International Association for Sports Information (IASI) and Bundesinstitut für sportwissenschaft Hertzstasse 1, Postfach 400109/110 5000 Cologe, Germany.



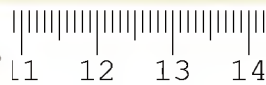
FECHA	LUGAR	TEMA	ORGANIZADOR
198 - - -	Argel, Argelia	Intergovernmental Conference on National Policies and Strategies for Informatics.	Intergovernmental Bureau for Informatics. 7 Place de Fontenoy 75700 Paris, Francia.
Junio - - -	Berlín.	Research and Documentation in and on Latin America.	German Foundation for International Development (DSE) Endenicher Strasse 41, 53 Benn, Alemania.
5-9	New York, N. Y.	Worldwide Information Sources SLA 68th Annual Conference.	Special Libraries Association.
10-17	Gainesville, Florida.	SALALM Seminar on the acquisition of Latin American Library Materials.	Secr. Lovella Wetherbee, Nettie Lee Benson, Latin American Library University of Texas, Austin, Texas 78712 U.S.A.
11-16	Seattle, Washington E.E.U.U.	Medical Library Association 76 Annual Meeting.	G. Oppenheimer University of Washington H11th Sei Lib., Seattle, Washington 98195 E.E.U.U.
15-17	Sofia, Bulgaria.	International Symposium on Technical Information and its users.	World Federation of Engineering Organizations Committee on Engineering Information (WFED/CEI; and the Central Council of the Scientific and Technical Unions of Bulgaria, U.I. Rakovski 108, Sofia, Bulgaria.



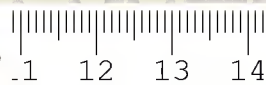
FECHA	LUGAR	TEMA	ORGANIZADOR
19-25	Detroit, Michigan, E.E.U.U.	American Library Association 96th Annual Conference	ALA 50 East Huron Street Chicago, Illinois 60611 E.E.U.U.
Julio 3-8	Porto Alegre, Brasil.	9.o Congresso Brasileiro e V Jour- nado Sul-Rio Grandense de Biblio- teconomia e Documentação. "Integração dos Sistemas de Infor- mação no desenvolvimento Na- cional".	Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Paulo Gama s/n.o 90000 Porto Alegre, Brasil.
5-27/8	Aberystwyth, Gales.	International Graduate Summer School in Librarianship and Infor- mation Science.	Director of Short courses College of Librarianship Wales, Llanbadarn Fawr, Aberystwyth, Dyted SY23 3AS, Wales, V.K.
26-29	Cranfield, U. K.	Sixth International Conference on Mechanized Information Storage and Retrieval Systems. "Characteristics and the use of data banks and data bases".	Cyril Cleverdon, librarian Cranfield Institute of technology Cranfield, Bedford MK43 OAL, England.
28-1/8	Ibadan, Nigeria.	School Libraries & Cultural Involvement: "The community & its culture -Role of the School Library".	Dr. J. E. Lowrie.



FECHA	LUGAR	TEMA	ORGANIZADOR
Agosto 3-6	Copenague, Dinamarca.	Second International Research Forum on Information Science (SIRE). The paradigm for information science what can information science research offer librarians and information scientists as to design and operations in libraries and other information systems.	SIRE Royal School of Librarianship 6 Birketinget, 2300 Copenhagen S, Denmark.
8-12	Toronto, Canada.	2 World Conf. on Medical Informatics (MEDINFO 77).	MED/INFO 72 Org. Committee, Box 8650, Ottawa, Ont., Canada K1G 068.
8-12	Toronto, Canada.	International Federation for Information Processing IFIP Congress 77.	Mrs. A. Jones, O.R. Representative for IFIP 77, c/o R.W. Evans Associates Ltd., Box 1127, Station B. Weston, Ontario M9L 2K8, Canada.
16-20	Budapest, Hungría.	6th IALL Course: Law and legal Documentation in the Socialist State.	IALL Secretariat Universitätsstrasse 6, 355 Marburg, Alemania.
27-17/9	Reino Unido.	International travelling Summer School for Librarians	Harold Collier '77 Director, ITSS c/o Department of Librarianship Northumberland Building Newcastle - Upo - Tyne Polytechnic England.
30-3/9	La Haya, Países Bajos	INTAMEL: International Association of Metropolitan City Libraries.	Secr. Mr. K. Duchac c/o Brooklyn Public Library, Gram Army Plaza Brooklyn, New York, 11238, U.S.A.



FECHA	LUGAR	TEMA	ORGANIZADOR
31-3/9	Amberes, Bélgica.	IFLA/UNESCO Pre-session seminar for colleges from developing countries. "The Strategy of Library Planning".	IFLA Netherlands Congress Building Tower 3rd floor P.O. Box 9128 La Haya, Holanda.
Septiembre ---	Ginebra, Suiza.	36 International Conference on Education. The problem of information at the National and International level.	International Bureau of Education Palais Wilson, 1211 Ginebra 14, Suiza.
1-2	Bruselas, Bélgica.	Seminar on tape Exchange from the User's Point of View.	IFLA Committee on Mechanization.
3-10	Bruselas, Bélgica.	Libraries for all. One world of information, culture and learning. 50th Anniversary Congress of IFLA.	Mr. F. Vanwijngaerden Services des échanges internationaux Bibliothèque Royal, 80-84 rue destanneurs, Bruselas Bélgica.
6-8	Glasgow, R. U.	British Isles Public Documents.	Short Course Organizer, Dept. of Librarianship, Livingston Tower, Richmond Street, Glasgow G1 1XH, Scotland, U. K.
12-15	Paris, Francia.	International Conference on the Improvement of National Bibliographic Control.	Mrs. I Bettembourg UNESCO 7 Place de Fontenoy 75700 Paris, Francia.



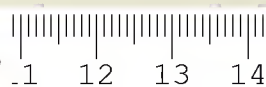
FECHA	LUGAR	TEMA	ORGANIZADOR
19-23	Madrid	Primera Conferencia sobre Documentación Iberoamericana e Informática Documentaria REUNIBER-77.	Inst. de Cultura Hispánica, Unidad de Informática (REUNIBER - 77), Av. Reyes Católicos s/n Madrid 3, Spain; in cooperation with UNESCO, IBI and OEI.
20-23	Lancaster, Reino Unido.	Aslib 51 st Annual Conference.	Aslib, 3 Belgrave Square, Londres SW1X 8PL, Reino Unido.
26-29	Washington, D. C.	Ninth Annual Convention of the International Micrographic Congress - IMC'77.	Buikowsky, IMC, P.O. Box 484 Del Mar, Calif. 92014, U.S.A.
26-1/10	Chicago, Illinois E.E.U.U.	American Society for Information Science Annual Meeting.	ASIS 1155 Sixteenth St. N. W. Washington, D. C. 20036, E.E.U.U.
Octubre 3-7	Londres, Reino Unido.	The Library Association Centenary Conference.	Library Association 7 Ridmount Street London WC1E 7AE, Reino Unido.
---	Paris, Francia.	Seventeenth Plenary Meeting of ISO/TC 46 Documentation.	ISO Central Secretariat Case Postale 56 1211 Ginebra 20, Suiza.
---	Paris, Francia.	XVII Reunión Plenaria de ISO/TC 46 Documentation.	ISO Central Secretariat, Case Postale 56, 1211 Genova 20, Suiza.
9-21	Londres, Birmingham.	Library Planning and Design.	The Library Association 7 Ridgemount St., Store, Street, London WC1E 7AE.



REUNIONES PROFESIONALES EN 1978

FECHA	LUGAR	TEMA	ORGANIZADOR
Marzo ---	Filadelfia E.E.U.U.	National Federation of Abstracting and Indexing Services. 25th Annual Conference.	NFAIS 3401 Market Street Filadelfia, Pennsylvania 19104, E.E.U.U.
Junio 11-15	Kansas, City Missouri.	Special Libraries Association 69th Annual Conference.	SLA, 235 Park Avenue South New York 10003 E.E.U.U.
19-25	Detroit, Ill.	American Library Association.	R. Wedgeworth 50 East Huran Street Chicago, Illinois 60611 E.E.U.U.
Septiembre 15-28	Edimburgo, Reino Unido.	39th FID Conference and Congress.	ASLIB 3 Belgrave Square London, SW1X 8 PL, Reino Unido.
26-29	Johannesburg, Sudafrica.	10th Annual Convention of the In- ternational Micrographic Congress IM 78.	Bujkovsky, P.O. Box 22440 San Diego, Calif. 92122 U.S.A.
Octubre 15-19	New York, N. Y. E.E.U.U.	American Society for Information Science Annual Meeting.	ASIS 1155 Sixteenth Street N.W. Washington, D. C. 20036.

UNIVERSIDAD NACIONAL DEL MEXICO.
 Dirección General de Bibliotecas. *Calendario de reuniones profesionales en el
 campo de la bibliotecología y ciencias de la información. v. 3, abr. 1977.*





Digitalizado
gentilmente por:



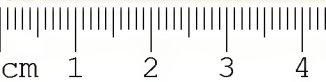
DIRETORIA DA FEBAB

1975/1977

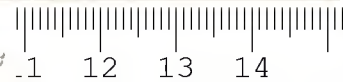
PRESIDENTE	– Esmeralda Maria de Aragão
Vice-Presidente	– Maria José Rabelo de Freitas
Secretária-Geral	– Marlene Gomes Martinez
Primeira-Secretária	– Lúcia Matos e Santos
Segunda-Secretária	– Lúcia Eirado Silva
Primeira-Tesoureira	– Carmélia Regina de Matos
Segunda-Tesoureira	– Carminda Nogueira de Castro Ferreira
Bibliotecária	– Maria de Fátima de Castro Ferreira
Observador Legislativo	– Aníbal Rodrigues Coelho
Editora da revista	– Laura Garcia Moreno Russo

ASSOCIAÇÕES FILIADAS

- 1 – Associação Paulista de Bibliotecários
- 2 – Associação Profissional de Bibliotecários do Estado de Pernambuco
- 3 – Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro
- 4 – Associação Riograndense de Bibliotecários
- 5 – Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia
- 6 – Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo
- 7 – Associação de Bibliotecários de Minas Gerais
- 8 – Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
- 9 – Associação Campineira de Bibliotecários
- 10 – Associação dos Bibliotecários do Ceará
- 11 – Associação dos Bibliotecários São-carlenses
- 12 – Associação Paraense de Bibliotecários
- 13 – Associação Bibliotecária do Paraná
- 14 – Associação Amazonense de Bibliotecários
- 15 – Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão
- 16 – Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba
- 17 – Associação dos Bibliotecários de Santa Catarina



Digitalizado
gentilmente por:



CrS 35.00



Digitalizado
gentilmente por:

